

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E
REGIONALIDADE
MESTRADO ACADÊMICO

ALINE PEGORARO

ESTUDO DOS NOMES DAS CIDADES DA QUARTA COLÔNIA DE
IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL

CAXIAS DO SUL

2013

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS, CULTURA E
REGIONALIDADE
MESTRADO ACADÊMICO

ALINE PEGORARO

ESTUDO DOS NOMES DAS CIDADES DA QUARTA COLÔNIA DE
IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, para obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade.

Orientadora: Profa. Dra. Giselle Olívia Mantovani Dal Corno

CAXIAS DO SUL

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

P376e Pegoraro, Aline, 1989-
Estudo dos nomes das cidades da quarta colônia de imigração italiana
do Rio Grande do Sul / Aline Pegoraro - 2013.
79 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, 2013.
Apresenta bibliografia.
“Orientação: Profa. Dra. Giselle Olívia Mantovani Dal Corno”.

1. Toponímia – Quarta Colônia, Região (RS). 2. Italianos - Brasil -
História. 3. Lexicologia. I. Título.

CDU 2.ed.: 81'373.21(816.5)

Índice para o catálogo sistemático:

1. Toponímia – Quarta Colônia, Região (RS)	81'373.21(816.5)
2. Italianos – Brasil – História	325.54(450:81)
3. Lexicologia	81'373

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Carolina Meirelles Meroni – CRB 10/ 2187

**Estudo dos nomes das cidades da 4ª Colônia de
Imigração Italiana do RS**

Aline Pegoraro

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade, Área de Concentração: Estudos de Identidade, Cultura e Regionalidade. Linha de Pesquisa: Língua, Cultura e Regionalidade.

Caxias do Sul, 26 de setembro de 2013.

Banca Examinadora:



Dra. Giselle Olivia Mantovani Dal Corno
Universidade de Caxias do Sul



Dra. Carmen Maria Faggion
Universidade de Caxias do Sul



Dra. Marília Conforto
Universidade de Caxias do Sul



Dra. Sabrina Pereira de Abreu
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico esse trabalho a Deus, por sempre me conceder sabedoria na escolha dos melhores caminhos, coragem para acreditar e força para caminhar, e a minha família: meus pais, Enio e Clara, meus avós, Miguel e Carolina, meus irmãos, Karine e Enio Junior, meus tios, Idelma e Anselmo e primo, Cássio, pelo incentivo, apoio, motivação incondicional e orações em todas as minhas escolhas e decisões.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que me deu força e coragem para seguir nessa caminhada.

Agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Giselle Olívia Mantovani Dal Corno, pelo apoio e auxílio constantes e por ter acreditado na minha capacidade de realizar esse trabalho.

Agradeço a meus pais e irmãos, pelo seu amor incondicional e por terem apostado em mim e a me encorajarem a realizar esse sonho.

Agradeço a meus avós, que são minha inspiração para os estudos linguísticos, pela sua preocupação constante, pelas orações, pelo colo e o abraço aconchegante nos momentos em que mais precisei, orientando-me sempre o melhor caminho a seguir.

Aos meus tios Idelma e Anselmo e primo Cássio, pela extraordinária recepção em sua casa, pelo incentivo e apoio diário.

Aos professores do mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, por me proporcionarem inúmeras reflexões, não somente em relação ao meu trabalho de Mestrado, mas sobre a vida.

Aos meus colegas da turma 10, do Mestrado, por tornarem essa caminhada mais divertida e aos colegas Bruno Misturini e Odair Silva, da turma 11, pelas inúmeras discussões e sugestões.

A minha orientadora de graduação, Valesca Brasil Irala, grande incentivadora para meu ingresso no Programa de Mestrado.

Aos professores da graduação Eduardo Oliveira Dutra, Aline Lorandi e Isaphi Alvarez, que, mesmo após o término da faculdade, estiveram preocupados com a minha atuação no Mestrado.

Aos grandes amigos e colegas de faculdade, que, mesmo distantes, sempre estiverem presentes nesse percurso: Ester Dias de Barros, Cláudia Calcagno Martins, Josiane Alves e Dilmar Sanches.

Ao centro de pesquisas genealógicas de Nova Palma, em especial a Liriana Zanon Stefanello, por me fornecer raras e diversas obras sobre a Quarta Colônia, o que muito contribuiu para o desenvolvimento desse trabalho.

A cada descendente de imigrante italiano que disponibilizaram seus registros bibliográficos para essa pesquisa.

Aos meus superiores e colegas de exército, por me mostrarem a cada dia o precioso valor da camaradagem: Major Angélica Daehn, Capitão Lucélio Jantuta, Capitão Luciane Garcia e Tenente Elaine Jurack.

Ao colega-professor Ferreira Jr., que diversas vezes me proporcionou discussões sobre aplicações teóricas no ensino, através das quais pude refletir sobre o papel da toponímia em minha prática pedagógica.

A minha grande amiga e irmã de coração, Vanessa Minuzzi Bidinoto, pelo apoio das muitas noites em claro, o despertar nas madrugadas para o trabalho e, pela compreensão dos dias em que eu não pude lhe fazer companhia.

A Chaiane Canedo Antonello, Fernanda Farencena Kraemer e Roberta Trevisan, que alegraram meus dias e tiveram paciência diante da minha ausência nesses últimos meses.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar, descrever e explicar fatores determinantes na constituição dos nomes dos nove municípios que integram a Quarta Colônia de Imigração Italiana, situada na região central do Rio Grande do Sul, levando em consideração fatores históricos, questões políticas, de origem e identidade étnica, bem como aspectos culturais relevantes nessa comunidade formada por imigrantes, que, por longos anos, estiveram na busca de estabelecer-se em um novo ambiente. Os principais autores consultados foram Dauzat (1947), Rostaing (1948) e Dick (1990, 1992, 1996). Esta pesquisa de cunho qualitativo partiu da análise de informações documentais, no que diz respeito aos nomes próprios oficiais desses nove municípios. A metodologia utilizada baseou-se na análise do processo de formação e estruturação dos topônimos, assim como seu referente motivacional, através de fichas lexicográficas-toponímicas dos municípios em questão. A análise dos dados possibilitou uma melhor compreensão do passado dos imigrantes italianos que ali chegaram, assim como as relações políticas e sociais que se estabeleceram no período da colonização e que se manifestam nos sentidos subjacentes aos nomes denominativos das cidades. Através dos conhecimentos resultantes deste estudo, espera-se contribuir com o resgate da memória desses lugares e com a formação da cidadania.

Palavras-chave: Topônimos. História da Imigração Italiana. Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The present work aims to introduce, describe and explain factors that were key for the constitution of the names of the nine cities that make up the 4th Colony of Italian Immigration, situated in the central region of Rio Grande do Sul, taking into account historical factors, political matters, origin and ethnic identity, as well as cultural aspects that are relevant to this community formed by immigrants, who, for many years, were seeking to establish themselves in a new environment. The main authors studied were Dauzat (1947), Rostaing (1948) and Dick (1990, 1992, 1996). Through this qualitative research a documentation analysis of the proper names of these nine cities was performed. The methodology used was based on an analysis of the formation process and structure of the toponyms, as well as their motivation by using lexicographic-toponymy cards of the nine cities names. The analysis of the data has enabled a better understanding of the history of the Italian immigrants who arrived in these region, as well as political and social relations that were established during the period of colonization and which manifested themselves in the act of assigning names to these cities. Through the knowledge arising from this study, it is expected to contribute to the rescue of the memory of those places and to the formation of citizenship.

Keywords: Toponyms. Italian Immigration History. 4th Italian Immigration Colony in Rio Grande do Sul.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Modelo de ficha lexicográfico-toponímica.....	42
Quadro 2 – Classificação dos topônimos da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS	72

LISTA DE FICHAS

Ficha toponímico-lexicográfica de Agudo	46
Ficha toponímico-lexicográfica de Dona Francisca	49
Ficha toponímico-lexicográfica de Faxinal do Soturno	52
Ficha toponímico-lexicográfica de Ivorá.....	54
Ficha toponímico-lexicográfica de Nova Palma	57
Ficha toponímico-lexicográfica de Pinhal Grande	60
Ficha toponímico-lexicográfica de Restinga Seca.....	62
Ficha toponímico-lexicográfica de São João Polêsine	64
Ficha toponímico-lexicográfica de Silveira Martins	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mesorregiões do Rio Grande do Sul.....	45
Figura 2: Municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana	46
Figura 3: Avenida Concórdia com realce para o morro Agudo ao fundo	48
Figura 4: Localização do Município de Agudo no RS.....	49
Figura 5: Memorial em Homenagem a Família e ao Centenário do Nascimento do Beato Adílio Daronch.....	51
Figura 6: Réplica da casa Italiana no Parque Histórico Municipal	51
Figura 7: Monumento a Nossa Senhora dos Navegantes	52
Figura 8: Localização do Município de Dona Francisca no RS	52
Figura 9: Igreja em homenagem a São Pio em Faxinal do Soturno	54
Figura 10: Localização do Município de Faxinal do Soturno no RS	54
Figura 11: Igreja Matriz de Ivorá	56
Figura 12: Localização do Município de Ivorá no RS.....	56
Figura 13: Igreja Matriz com palmeiras que presumivelmente inspiraram o topônimo	59
Figura 14: Localização do Município de Nova Palma no RS	60
Figura 15: Igreja São José em Pinhal Grande.....	62
Figura 16: Localização do Município de Pinhal Grande no RS	62
Figura 17: Estiva: Estação Férrea de Restinga Seca.....	64
Figura 18: Localização do Município de Restinga Seca no RS	64
Figura 19: Igreja Corpus Christi em Vale Vêneto.....	66
Figura 20: Localização do Município de São João Polêsine no RS	66
Figura 21: Monumento ao Imigrante.....	69
Figura 22: Monumento a Guiseppe Garibaldi, inaugurado em 20 de setembro de 1910.....	69
Figura 23: Igreja Santo Antônio de Pádua - única com torre cilíndrica da América Latina	69
Figura 24: Localização do Município de Silveira Martins no RS	70
Figura 25: Mapa da Quarta Colônia de Imigração Italiana	72

LISTA DE ABREVIACOES

ATB	Atlas Toponímico do Brasil
CONDESUS	Consórcio de Desenvolvimento Sustentável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PRODESUS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável da 4 ^a Colônia
RS	Rio Grande do Sul
UCS	Universidade de Caxias do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
1.1 PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA ONOMÁSTICA E TOPONÍMIA	19
1.2 ESTUDOS DE ONOMÁSTICA/TOPONÍMIA.....	20
1.3 OS ESTUDOS TOPONÍMICOS NO BRASIL.....	24
2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA PESQUISA	29
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS DA 4ª COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA	29
2.2 O CONCEITO DE REGIÃO APLICADO À 4ª COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA.....	34
2.3 IDENTIDADE E REGIÃO DA 4ª COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA.....	37
3 METODOLOGIA.....	40
4 APRESENTAÇÃO DAS FICHAS LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICAS DOS MUNICÍPIOS DA 4ª COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RS.....	44
4.1 DADOS GERAIS SOBRE OS MUNICÍPIOS DA 4ª COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA	44
4.1.1 Agudo.....	47
4.1.2 Dona Francisca	50
4.1.3 Faxinal do Soturno	53
4.1.4 Ivorá.....	55
4.1.5 Nova Palma	58
4.1.6 Pinhal Grande	61
4.1.7 Restinga Seca	63
4.1.8 São João do Polêsine.....	65
4.1.9 Silveira Martins	68
5 ANÁLISE DOS DADOS	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS	77

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar, descrever e explicar fatores determinantes na constituição dos nomes dos nove municípios que integram a Quarta Colônia de Imigração Italiana, situada na região central do Rio Grande do Sul (RS), levando em consideração fatores históricos, questões políticas, de origem e identidade étnica, bem como aspectos culturais relevantes nessa comunidade formada por imigrantes, que, por longos anos, estiveram na busca de estabelecer-se em um novo ambiente.

Este trabalho situa-se no ramo da Linguística denominado Onomástica e, mais precisamente, restringe-se à Toponímia, que se dedica a estudar os nomes próprios de lugares. Para tanto, lança mão do conhecimento produzido em diferentes áreas do conhecimento, como a etimologia, a filologia e a história, já que há muitos fatores que influenciam na denominação das cidades, que é o objeto de estudo desta dissertação.

Minha trajetória como pesquisadora de iniciação científica durante a graduação é determinante para explicar a busca incessante pelo estudo de teorias que contemplem a identidade do sujeito e sua relação com a cultura em que ele está inserido. Desde cedo, percebi que dar aos estudos linguísticos um viés histórico tornava possível encontrar explicações para certas transformações linguísticas.

Percebi novamente o quão importante seria estudar a origem dos nomes das cidades da Quarta Colônia de Imigração Italiana que ainda não haviam sido contemplados em nenhum outro estudo na área de conhecimento da Onomástica. Além disso, esses estudos estão apenas iniciando no RS, reduzindo-se, até o momento, àqueles compreendidos aos projetos ligados ao Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade, da Universidade de Caxias do Sul, coordenado pela Profa. Dra. Vitalina Maria Frosi, com a colaboração da Profa. Dra. Carmem Faggion e da Profa. Dra. Giselle Olívia Mantovani Dal Corno (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2008a; FROSI, DAL CORNO, FAGGION, 2008b; FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2008c; FROSI, 2008; FROSI, 2009 e 2010). A esses estudos acrescentam-se também as dissertações elaboradas e defendidas por alunos do mesmo Mestrado (SARTORI, 2010; SILVA, 2011; BARETTA, 2011; CIOATTO, 2011). Além disso, por ser esse um trabalho de cunho interdisciplinar, julga-se importante estabelecer relações entre nomes, cultura, linguagem e região, para a compreensão da origem e evolução dos nomes.

Ao pesquisar o nome das cidades da Quarta Colônia de Imigração Italiana, percebe-se que a população possui um conhecimento superficial sobre a origem dos nomes das cidades e

as possíveis trocas ocorridas. Entretanto, é importante que a população tenha conhecimento da relação que se estabeleceu entre os nomes e a motivação de sua escolha. A singularidade dos nomes das cidades somente existe quando são entendidos os sentidos que estão subjacentes a esses nomes.

Observa-se que, com o passar do tempo, os nomes se tornam opacos, e a opacidade dos topônimos encobre fenômenos importantes que possuem relação com a língua, cultura e identidade do povo da comunidade da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Porém, a opacidade do signo toponímico constitui grande parte desta investigação. Na medida em que o tempo passa, camadas de opacidade são sobrepostas ao nome próprio, assim que essas camadas são removidas, abre-se espaço para a interpretação e motivação dos nomes.

Para Dick (1996), o estudo dos topônimos procura, dentre vários objetivos, estabelecer um ponto de encontro entre as denominações dos lugares e as línguas faladas nesses locais. Realizar um estudo toponímico em um caminho paralelo à história permite a legitimação dos dados, já que dela retiramos informações importantes para a descrição dos topônimos. Segundo esse autor, no ato da nomeação, o signo toponímico é motivado e transparente, porém, com o tempo, torna-se opaco, e é essa opacidade que impede que se interprete o que está por trás do nome e o que não permite que os habitantes da própria comunidade compreendam o que está subjacente aos nomes das cidades em que se encontram. O processo de identificar e interpretar os aspectos presentes no ato de nomeação permite tornar o signo toponímico transparente e possibilita aos habitantes o acesso a uma mais adequada formação de sua cidadania.

Para um estudo mais apropriado dos nomes das cidades, os topônimos serão agrupados em categorias que possam explicar melhor a relação existente entre a motivação e o denominador, bem como a relação do denominador com a região em que tais topônimos se encontram. Para a efetivação dessa pesquisa, propôs-se alcançar os seguintes objetivos específicos: estudar e elaborar uma lista de topônimos e categorizá-los, assim como estudar a motivação que envolve o ato denominativo; descrever e explicar as trocas de nomes, quando houver; desenvolver um estudo dos topônimos, explicitando os aspectos interdisciplinares que envolvem os nomes dos centros urbanos e povoados da Quarta Colônia de Imigração Italiana; buscar o étimo desses topônimos e produzir conhecimento específico visando à sua socialização.

Portanto, há um amplo espaço para produção de conhecimento científico específico da região da Quarta Colônia. Os resultados desta pesquisa apresentam interesse no âmbito da educação formal e na formação dos cidadãos, em sentido amplo. A produção de conhecimento

dos topônimos favorecerá a aquisição de múltiplos saberes não só na área da linguística, mas também relacionados à área da história, da antropologia e de outras afins, conforme indicar o topônimo em questão. Em síntese, o estudo desses topônimos contribuirá para uma melhor formação da cidadania. Além disso, o conhecimento produzido é importante por sua especificidade em confronto com a toponímia de outras regiões do estado e do país, uma vez que a diversidade cultural e étnica tem reflexos diretos na toponímia das regiões brasileiras.

Este trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada na análise de informações documentais, no que diz respeito aos nomes próprios oficiais de lugares. De modo especial, foram estudados os princípios teóricos da onomástica/toponímia. Para isso, buscou-se apoio em produções de cunho científico, elaboradas por investigadores europeus nessa área de pesquisa, como Dauzat (1947) e Rostaing (1948). O modelo europeu foi adaptado à realidade toponímica brasileira por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990, 1992, 1996). Além disso, será dada ênfase a trabalhos toponímicos, em andamento ou já concluídos, por pesquisadores brasileiros em torno do Atlas Toponímico do Brasil – ATB.

O Capítulo 1 apresenta a fundamentação teórica que norteará este trabalho, destacando a contribuição de estudiosos sobre o tema, retomando, principalmente, os pesquisadores brasileiros e suas respectivas contribuições para o enriquecimento desses estudos no Brasil. Além disso, são apresentados os princípios teóricos da onomástica e da toponímia.

O Capítulo 2 faz uma contextualização histórico-geográfica da região que será estudada, enfatizando, principalmente, as questões históricas, desde a chegada dos imigrantes até o momento da criação e nomeação das cidades. Tais informações são imprescindíveis para poder estabelecer a relação entre o nome das cidades e suas motivações.

O Capítulo 3 trata da Metodologia utilizada para essa pesquisa, explicitando os procedimentos que foram realizados. O Capítulo 4 apresenta as fichas toponímico-lexicográficas propostas por Dick (1990), dos municípios em questão. O Capítulo 5 apresenta a análise dos dados das fichas toponímico-lexicográficas e, finalmente, as Considerações Finais apresentam a retomada e síntese dos resultados obtidos acerca dos questionamentos propostos inicialmente.

Procurar-se-á desvendar a história que há por trás do silêncio das palavras que dão nome às cidades. Além disso, visa também, contribuir, ainda que parcialmente, para o resgate da história da colonização na Quarta Colônia de Imigração Italiana. Por ser esse um trabalho inédito realizado na perspectiva dos estudos da Onomástica/Toponímia, o mesmo buscará, além de um resgate da história, compreender o passado desses imigrantes, assim como as relações políticas e sociais que se estabeleceram no período da colonização e, posteriormente,

na nomeação dos lugares. Tais conhecimentos deverão ser problematizados, sistematizados e publicados favorecendo a população, em especial, os moradores das cidades da Quarta Colônia, promovendo o acesso aos sentidos que estão subjacentes aos nomes denominativos das cidades.

Justifica-se, pois, a realização desta pesquisa, por seu ineditismo quanto ao recorte que constitui a amostra desta investigação e pela possibilidade de socializar os resultados no âmbito da educação escolar e da sociedade como um todo. Além disso, poderá servir de incentivo à realização de novas pesquisas na área da linguística em que muito se tem a fazer no Estado e no país.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA ONOMÁSTICA E TOPONÍMIA

Onomástica é palavra que deriva do grego *onomastiké* – “a arte de denominar” (HOUAISS, 2011, p. 2066). No latim, essa palavra tem a forma *onomasticon*, em que *ónoma* significa nome e conserva o mesmo significado que possuía em grego. Partindo disso, Carla Marcato (2009, p. 9-10) conceitua onomástica como “a ciência que estuda os nomes próprios nas mais diversas tipologias, também aqueles que pertencem a obras e gêneros literários.” A Onomástica compreende dois ramos igualmente importantes, isto é, a Antroponímia e a Toponímia. A primeira, também chamada de antroponomástica, tem como objeto de estudo os nomes próprios de pessoa – prenomes e sobrenomes – que têm grande relevância para a história linguística, política e cultural de um país. A segunda, também chamada de toponomástica, ocupa-se do estudo dos nomes próprios de lugar.

Vasconcellos (1931, p. 3) chama de “Onomatologia o ramo da Glotologia que estuda os nomes próprios”. Da Onomatologia desdobram-se três partes, a saber: a Antroponímia, que é o “estudo dos nomes individuais, como dos sobrenomes e apelidos; a Toponímia, ou estudo dos nomes de sítios, povoações, nações, e também de rios, montes, vales, etc. – isto é, os nomes geográficos”, e ainda um terceiro ramo, por ele denominado de “Vários nomes próprios”, situando aí os nomes próprios não contidos nem na Antroponímia, nem na Toponímia, como, por exemplo, os nomes de divindades, para os quais o estudioso português sugere o nome de “Teonímia”.

A maioria dos estudiosos situa, na Toponímia, os topônimos e hodônimos que, de acordo com sua constituição, são desdobrados em subcategorias e recebem denominações específicas, como hidrônimos (nomes dos rios e outros cursos d’água), limnônimos (nomes dos lagos), orônimos (nomes dos montes e outros relevos), corônimos (nomes de subdivisões administrativas e estradas), fitotopônimos (nome de vegetais), antropotopônimos (nomes de pessoas), conforme ensina Dick (1990b, p. 31).

A seguir, serão expostos alguns princípios teóricos, indispensáveis para a análise dos dados da presente investigação. Será feito, em linhas amplas, um histórico dos estudos toponímicos, com destaque para obra de Charles Dauzat (1926) que, além de apresentar interesse no âmbito das investigações toponímicas francesas, é também relevante para os estudos toponímicos em geral. No que se refere aos estudos toponímicos brasileiros, de modo particular, serão destacados aqueles desenvolvidos pela pioneira e grande estudiosa da Universidade de São Paulo (USP) Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

1.2 ESTUDOS DE ONOMÁSTICA/TOPONÍMIA

Apesar de seu caráter interdisciplinar, os estudos toponímicos, no âmbito da Linguística, remetem ao léxico. Fazendo uso do léxico, o ser humano pode atribuir nome a tudo o que o cerca, uma vez que, “nomear é, para o homem, uma necessidade de organização e de orientação” (ANDRADE, 2010, p. 107).

Para Biderman (1981), cabe à lexicologia mostrar a significação de cada elemento lexical, de forma que o léxico propicie a interação entre os indivíduos de uma mesma língua nas mais diversas situações. O sistema léxico “é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades” (BIDERMAN, 2001, p. 179).

Sobre a importância do estudo do léxico, Oliveira e Isquardo (2001, p. 9) entendem que o léxico é um “saber partilhado” existente na consciência dos falantes de uma língua, e apresenta-se como o acervo do vocabulário “de um grupo sócio-linguístico-cultural”. Mencionam ainda que:

Na medida em que o léxico configura-se como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas numa sociedade. Em vista disso, o léxico de uma língua conserva uma estreita relação com a história cultural da comunidade. Desse modo o universo lexical de um grupo sintetiza a sua maneira de ver a realidade e a forma como seus membros estruturam o mundo que os rodeiam e designam as diferentes esferas do conhecimento. Assim, na medida em que o léxico recorta realidades do mundo, define, também, fatos de cultura. (OLIVEIRA; ISQUERDO, 2001, p. 9)

Seabra (2006, p. 1953) define o léxico como um “conjunto de palavras de uma língua, responsável por nomear e exprimir o universo de uma sociedade. Transmitidos de geração a geração como signos operacionais”. Sobre o assunto, salienta que “é através dos nomes que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de cristalizar conceitos”. O que a autora chama de “patrimônio lexical” de uma língua, guarda certos aspectos culturais, de uma sociedade, principalmente os que estão relacionados à história de um povo.

A Toponímia, entendida como parte integrante dos estudos do léxico, se apresenta como um dos principais dispositivos impulsionadores do resgate léxico, apagado pelas camadas de opacidade sobrepostas pelo tempo. Além disso, o estudo do léxico, na sua variante toponímica, revela os elementos que atravessaram o tempo, permitindo o resgate da história e da própria transparência do topônimo, como no ato de nomeação.

Para Andrade (2010, p. 107), ao se estudar o léxico de uma língua, é evidente que se pode também “apreender a realidade do grupo que a utiliza”, em aspectos como “cultura, história, modo de vida e visão do mundo”. Para melhor explicar, utiliza-se da metáfora do espelho, e se refere às “palavras que constituem o sistema lexical de uma língua”, como um “espelho”, pois, “refletem os aspectos do mundo real de uma realidade” (ANDRADE, 2010, p. 107).

O ato de nomear lugares é uma atividade exercida pelo homem desde os primórdios. Ou seja, de uma forma ou de outra, o homem, sempre deu nomes aos lugares em que habitava. Dick (1990, p. 5) salienta que o livro dos cristãos demonstra uma enorme quantidade de topônimos e antropônimos. Nos tempos históricos, sabe-se que eram dados aos lugares os nomes de seus possuidores para demonstrar a valorização do sujeito sobre a propriedade. Essa forma de designar os nomes se conservou ainda por muito tempo, quando os nomes dos lugares se formavam pela derivação dos que habitavam o local. Por exemplo, Itália: terra de ítalos, corroborando o que menciona Dauzat (1926, p. 28).

Por mais que intrigassem ou despertassem curiosidade, porém, é somente em meados do século XIX que iniciam-se, formalmente, os estudos dos nomes próprios de todos os gêneros, centrados na atividade de explicar sua etimologia. Trata-se de estudos realizados à luz da ciência denominada Onomástica, considerada uma parte integrante da Linguística, mantendo, além disso, fortes ligações com a história e com a geografia (DICK, 1990b, p. 08)

A Toponímia, entendida como parte integrante dos estudos do léxico, se apresenta como um dos principais dispositivos impulsionadores do resgate léxico, apagado pelas camadas de opacidade sobrepostas pelo tempo. Além disso, o estudo do léxico, na sua variante toponímica, revela os elementos que atravessaram o tempo, permitindo o resgate da história e da própria transparência do topônimo, como no ato de nomeação.

Na França, Auguste Honoré de Longnon, célebre arquivista, é considerado pioneiro dos estudos toponímicos com sua obra *Noms de lieux de la France*, que veio a público em 1920, nove anos após sua morte. Ele é reconhecido como o fundador da toponímia francesa, desenvolvida com metodologia própria e com sistematicidade, características essas notáveis de todo o seu trabalho. Começava, então, a pesquisa dos topônimos, centrada no estudo etimológico dos nomes próprios de lugares. Albert Dauzat e, depois, Charles Rostaing, dentre outros, dão prosseguimento aos estudos de Longnon, avançando significativamente com a produção de várias obras sobre o mesmo assunto.

Em 1926, Albert Dauzat publica, em Paris, *Les noms de lieux*. Já na primeira página de sua obra, Dauzat (1926, p. 1) diz que, de modo mais notável do que acontece com os

nomes de pessoas, “os nomes de lugares se apresentam a nós como palavras antigas, [...] cristalizadas e esterilizadas de modo mais ou menos rápido, esvaziadas de sentido original”¹. Dauzat chama a nossa atenção para o fato de que os nomes próprios, particularmente, os de lugares, são obscurecidos em sua carga semântica, às vezes também na forma, através de sua trajetória no tempo. Compara as camadas históricas com as “camadas geológicas dos terrenos sedimentares”, caracterizando as primeiras como “bem mais numerosas” do que as segundas. Além disso, atribui aos estudos dos nomes de lugares uma origem mais remota do que a dos nomes de pessoas. “[...] enquanto os nomes de família mais antigos chegam apenas aos séculos XI e XII, na mesma época, a toponímia da Europa ocidental estava constituída em suas grandes linhas, afora os nomes de territórios mais recentes [...]” (DAUZAT, 1926, p. 2).

Com referência ao estudo etimológico dos nomes de lugares, importa, ainda, explicitar o que diz Dauzat (1926, p. 3): “Os nomes de lugares foram formados pela língua falada na região, na época de sua criação, e sofreram transformações de acordo com as leis fonéticas próprias dos idiomas que, eventualmente, suplantaram, pouco a pouco, o idioma original”.

Dauzat (1926, p. 7) prossegue pondo os estudos toponímicos em estreita relação com a história do lugar: “A toponímia, conjugada com a história, indica ou torna precisos os movimentos antigos dos povos, as migrações, as áreas de colonização, as regiões onde tal ou tal grupo linguístico deixou seus vestígios.” Mais adiante, Dauzat (1926), abordando a questão da categorização dos topônimos, diz que:

A classificação das designações originais pode ser feita do ponto de vista de sua formação externa ou de seu sentido intrínseco. Vista pelo primeiro ângulo, a denominação é espontânea, obra mais ou menos inconsciente de uma coletividade, ou sistemática, quando ela se deve à ação refletida da autoridade, de um conquistador, de um fundador de cidade, etc. Ao contrário, se nos ocuparmos somente do sentido, os elementos da designação podem ser tomados de empréstimo quer à geografia (particularidades topográficas, etc.), quer ao homem (nome de um fundador, protetor, possuidor), quer a diversos aspectos abstratos ou de ordem histórica; elementos de natureza diversa podem entrar nos compostos. (DAUZAT, 1926, p. 19-20)

Dauzat (1926, p. 21) reporta-se, explicitamente, às designações espontâneas, atribuídas pelo povo da localidade: “Quando uma aglomeração, um rio, uma montanha foram denominados pela voz pública – esse foi, desde sempre, o caso mais frequente – o procedimento mais natural seria designar o lugar a partir de uma de suas particularidades topográficas mais chamativas.” Com referência a tais denominações espontâneas, de origem

¹ Os textos de Dauzat (1926) que inserimos nesta dissertação foram traduzidos do francês para o português pela Profa. Dra. Carmen Maria Faggion.

popular, Dauzat, nessa mesma página, acrescenta “os nomes de localidades merecem a esse respeito um exame mais atento. Os elementos de sua designação podem ser tomados de empréstimo à geografia física” (DAUZAT, 1926, p. 21).

O autor atribui à hidronímia grande importância nas denominações espontâneas, mas lembra também que estão presentes muitos topônimos representados por nomes de vegetais, de animais, de figuras religiosas e tantos outros (DAUZAT, 1926, p. 23-28).

Dauzat (1926, p. 28-30) apresenta ainda uma segunda série de designações referentes à geografia humana. Assim, ele lembra que lugares de passagem, em partes baixas da água de rios, motivavam designações, considerando que, num passado distante, eram raras as pontes existentes. As denominações alusivas às estradas só apareceram quando se deu a presença dos romanos. A ocorrência de nomes motivados pelo cruzamento de estradas ou, ainda, decorrentes de estabelecimentos sedentários como, por exemplo, fortalezas, muralhas, ou cidades fortificadas. Nomes de indústrias também deixaram vestígios nos nomes de lugares.

Quanto às denominações sistemáticas, Dauzat (1926, p. 36-38) afirma serem elas menos numerosas do que as precedentes, “[...] elas só dizem respeito aos lugares habitados ou aos territórios”. O autor destaca o caso muito frequente da fundação de uma cidade. “A nova cidade pode ter o nome de seu fundador ou de uma pessoa de sua família. Esse uso atinge a mais remota antiguidade, conforme assinalou Longnon (1920, p. 36), tomando como testemunho essa passagem do Gênesis (IV, 17) relativa a Caim: “Ele criou uma cidade e a chamou, por causa de seu filho, Henoch.” De acordo com Dauzat (1926),

Os imigrantes experimentam o desejo legítimo de lembrar, nas cidades que criam, as cidades de seu país de origem. Os cartagineses haviam criado na Espanha uma ‘nova Cartago’, que os romanos chamaram ‘Cartago Nova’, hoje Cartagena. Os espanhóis, na América, transplantaram os nomes de Guadalajara, Valladolid (México), Granada (Nicarágua), Santiago (Chile), etc., e de Cartagena (Colômbia), objeto de uma segunda transplantação. Fundada pelos holandeses sob o nome de Nova Amsterdam, New York recebeu seu nome atual logo depois da tomada da cidade por parte dos ingleses. Aos imigrantes franceses se liga La Nouvelle Orléans. (DAUZAT, 1926, p. 38)

No que tange a substituições ou trocas de nomes de lugares, Dauzat (1926, p. 41) esclarece que nem sempre um determinado lugar conserva a mesma denominação. É comum constatar que indivíduos que não falam a língua dos nativos, quando chegam no território desses – após migrações, invasões, conquistas –, “adotam a maioria dos nomes de lugares em uso no país, mas mudam também um grande número, introduzindo designações retiradas de sua própria língua.”

Desse modo, entende-se, através da retomada dos princípios teóricos de Dauzat, que suas pesquisas apresentam uma significativa contribuição para os estudos toponímicos no mundo todo. O ato de nomear é exercido pelo homem há muito tempo e, desde então, estudar as motivações envolvidas no ato denominativo recupera a história desse local.

Por ser um dos pioneiros nos estudos Toponímicos, o resultado de suas investigações serve de alicerce para os demais estudos na área, que no Brasil são iniciados por Dick e, atualmente, contam com outros pesquisadores do Atlas Toponímico do Brasil.

1.3 OS ESTUDOS TOPONÍMICOS NO BRASIL

No Brasil, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990), retoma a teoria do pesquisador francês Dauzat e faz uma proposta diferente de modalidade de classificação, sistematizando as diferentes categorias de modo a adaptá-las à realidade brasileira. A autora agrupa as diversas categorias de topônimos em dois blocos, reunindo-os de acordo com a sua natureza, 16 que se reportam aos aspectos sócio-histórico-culturais e são denominadas taxinomias de natureza antropocultural e 11 referentes a acidentes físico-geográficos. A saber:

De natureza física: astrotopônimos, cardinotopônimos, cromotopônimos, dimensiotopônimos, fitotopônimos, geormofotopônimos, hidrotopônimos, litotopônimos, meteorotopônimos, morofotopônimos, zootopônimos.

De natureza antropocultural: animotopônimos, antropotopônimos, axiotopônimos, corotopônimos, cronotopônimos, ecotopônimos, ergotopônimos, etnotopônimos, dirrematopônimos, hierotopônimos, historiotopônimos, hodotopônimos, numerotopônimos, poliotopônimos, sociotopônimos, somatopônimos².

A contribuição de Dick para os estudos toponímicos no Brasil tem fundamental importância. A partir de seus estudos, inúmeros outros foram sendo desenvolvidos, e essa área do saber expandiu-se no país, revelando-se uma disciplina de caráter multidisciplinar, já que necessita se apoiar na História, na Sociologia e em outras áreas afins. Segundo a autora, “é um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente” (DICK, 1996, p. 15).

Para a autora, a Toponímia “em sua feição intrínseca, [...] deve ser considerada como um fato do sistema das línguas humanas” (DICK, 1990, p. 36). No entanto, a Toponímia, por

² As referidas categorias taxonômicas são descritas e exemplificadas em Dick (1990b).

si só, não explica o motivo que levou às denominações. Essas explicações só serão descobertas após uma pesquisa que contemple também os aspectos extralinguísticos, os quais propiciarão elementos elucidativos sobre a origem dos nomes. Para Dick (1996),

Uma análise toponímica pressupõe a busca de particularidades que não podem ficar apenas nas características mais evidentes apresentadas pelo nome, deve-se procurar, tanto quanto possível, ou seja, tanto quanto as fontes ou a documentação o permitirem, as origens mais remotas do denominativo [...]. (DICK, 1996, p. 15)

Dick (1990b), em sua obra *Toponímia e antroponímia no Brasil*, apresenta inúmeras informações sobre a Toponímia Brasileira. Aponta que, no princípio, a Toponímia distinguia-se por apresentar vocábulos, em sua maioria, de origem tupi.

Entretanto, a Toponímia Brasileira não se ocupa somente com os nomes de origem tupi. Atualmente, as pesquisas se estendem também à Toponímia Brasileira ou de origem portuguesa. Nota-se nos topônimos, a presença africana e, em proporção menor, topônimos de natureza estrangeira, decorrentes da imigração iniciada no século XIX. Carvalhinhos (2009), que estuda a Hierotoponímia, corrobora essa ideia quando menciona que a Toponímia Brasileira tem influência europeia. Conforme a autora, “não se pode pensar no sistema toponímico brasileiro sem remeter às nossas raízes europeias, parte importante em sua formação” (CARVALHINHOS, 2009, p. 108).

Segundo Dick (1990), na toponímia, o signo linguístico apresenta-se motivado no ato da nomeação. O estudo dos nomes de lugares não se restringe ao conhecimento de sua significação linguística, mas também se estende às causas e origens de sua denominação que poderá remeter a outro idioma. Por isso, é necessário chegar à intenção do denominador no ato da nomeação, relacionando-a à motivação que levou o denominador a colocar o nome em questão (DICK, 1990, p. 36).

A autora ainda diz que, se a estrutura do topônimo se apresenta como um “significante animado por uma substância de conteúdo” (DICK, 1990, p. 38). Seu uso adquire uma função muito mais ampla, pois “o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato de batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo” (DICK, 1990, p. 38)³.

Sobre a motivação do signo toponímico, Andrade (2010, p. 107) destaca, principalmente, “as características físicas do local, ou pelas impressões, crenças e sentimentos

³ A autora refere-se à clássica definição de Saussure (2000, p. 12), que propõe que o signo linguístico se define pela arbitrariedade, “visto que entendemos por signo a relação entre significante e significado, podemos dizer mais simplesmente: o signo linguístico é arbitrário”, ou seja, “queremos dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade”.

do denominador”. Concordando com as afirmações de Dick, a autora afirma que o que diferencia o signo linguístico do signo toponímico é a função significativa quando a toponímia o transforma em objeto de estudo. “O signo linguístico se reserva à arbitrariedade, enquanto o signo toponímico à motivação” (ANDRADE, 2010, p. 107).

O topônimo representa para os membros de uma comunidade muito mais do que a referência a um objeto: “[...] um topônimo carrega consigo a sua possibilidade de descrição e está impregnada de traços culturais que perpassam a vida de todas as pessoas que constituem esse específico grupo social. Mais ainda se elas participam de sua criação” (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2008, p. 3020).

Carvalhinhos (2002) compara os estudos toponímicos a um “sítio arqueológico”, pois, através dele, podemos reconstruir o “estudo de significados cristalizados de nomes de lugar, fatos sociais desaparecidos [...]”. Entende-se, assim, que o que torna o topônimo mais ou menos “valioso” é o caminho percorrido pelo topônimo, que, por sua vez, depende do tempo em que ele foi gerado e, muitas vezes, transformado pelos falantes. “Assim como um fóssil descoberto pela paleontologia, o maior ou menor grau de ‘descoberta’ ou ‘achado valioso’ depende da antiguidade do nome cristalizado em determinado momento da oralidade” (CARVALHINHOS, 2002, p. 172-173). Assim como um arqueólogo, o linguista precisa remover as camadas de opacidade que envolvem seu objeto de estudo, pois, através dele, poderá descobrir todo o procedimento envolvido no ato de batismo.

Sendo os topônimos símbolos carregados de sentido, eles também são parte integrante da identidade de uma comunidade e, dessa forma, indicam saberes desse povo, marcados historicamente. Dick (1997) afirma que:

O sistema denominativo, acionado pelo denominador, é, assim, um reflexo de tudo aquilo que representa, cumulativamente, hábitos, usos, costumes, moral, ética, religião. Os parâmetros que utiliza, nesse ato, posicionam-se em relação diretamente proporcional ao que mais o impressionou ou sugestionou, no momento da criação do nome [...] (DICK 1997, p. 42).

Nesse sentido, a autora ressalta que o topônimo é um “instrumento de projeção temporal” (DICK, 1990, p. 22), pois ele detém um valor que transcende o próprio ato da nomeação, nele é gravado o presente para o conhecimento de gerações futuras.

Sobre esse assunto, Frosi (2009, p. 54) destaca que “os nomes estão intimamente relacionados com a trajetória de vida dos homens que fundam e habitam os lugares, com a história e o desenvolvimento socioeconômico desses lugares, com a origem etnolinguística dos indivíduos”. Por isso, deixar o signo toponímico transparente é também deixar transparecer a história do lugar e a dos que o habitam.

Sobre o aspecto da motivação toponímica, Dick (1990, p. 39) faz alusão a dois momentos: o primeiro, o da “**intencionalidade** que anima o denominador”, pois em suas atitudes, de forma subjetiva ou objetivamente, dá um determinado **nome** para um acidente geográfico. E, o segundo, “a própria **origem** semântica da **denominação**”, em que seu significado revela a procedência da origem do nome, ainda que de forma mais transparente ou opaca (DICK, 1990, p. 39).⁴

Esse duplo aspecto da motivação toponímica irá configurar a perspectiva sincrônica e diacrônica do estudo, e, posteriormente, irá influenciar nas taxionomias dos nomes dos lugares (DICK, 1990, p. 39). Tais taxionomias serão posteriormente estudadas no capítulo disposto para a realização da análise dos topônimos, objeto deste trabalho.

Quando o signo linguístico exerce função toponímica, ele representa uma aproximação do real, pois torna clara a natureza semântica de seu significado. Por isso, os topônimos e antropônimos, “ao lado de uma função identificadora, guardam em sua estrutura imanente, uma significação precisa”, às vezes, não mais transparente como no ato denominativo, devido à opacidade que os nomes adquirem com o tempo (DICK, 1990, p. 41). É por isso que a autora diz que é possível interpretar o topônimo como um verdadeiro “fóssil linguístico⁵”, pois, apesar do desaparecimento, com o tempo, das causas denominativas, a permanência do nome, mesmo na ausência dos motivos determinantes, torna clara uma das características mais significativas do topônimo devido à manutenção do designativo (DICK, 1990, p. 42).

Para corroborar essa noção, Frosi, Fagion e Dal Corno (2009, p. 278) referem-se aos topônimos como “sinais importantes, indicativos da cultura, da história e da linguagem de um povo”. Sobre isso, fazem menção à importância do estudo toponímico, pois através deles são descobertas inúmeras informações, escondidas nas camadas de opacidade sobrepostas aos topônimos pelo tempo:

Ditos ou escritos, os topônimos propiciam informações a respeito das sucessivas gerações de uma localidade, dos homens que aí nasceram, trabalharam e viveram, bem como daqueles que mereceram sua homenagem. Aludem a fatos e datas significativas, dão conta das devoções, traduzem sentimentos. Assim, saber o exato significado do nome de uma cidade, bem como de suas ruas, praças e parques, significa, verdadeiramente, conhecer essa cidade e reconhecer os seus valores. (FROSI, FAGION, DAL CORNO, 2008c, p. 278)

⁴ Grifos da autora.

⁵ Esse termo foi usado anteriormente pelo geógrafo francês Jean Brunhes (BRUNHES, J. *La géographie Humaine*. Paris, 1925).

Em relação às informações reveladas pelo topônimo e ao processo de investigação, Dick (1990, p. 22) aponta que uma das questões mais complexas da Toponímia centra-se no trabalho de investigação, que pode se apresentar constante e demorado, porém, somente ele será capaz de nos levar à real intencionalidade do denominador.

Nunca é demais lembrar que conhecer um topônimo não se restringe somente a sua descrição, mas em descobrir a origem, o significado etimológico e ler o que o nome nos revela (FERNANDES, 1941, p. 11). Desse modo, é possível adquirirmos conhecimentos que não suspeitávamos ser possível desvendar por meio do estudo dos nomes.

No que se refere à motivação toponímica, as diferenciações dos signos toponímicos podem ser observadas sob dois aspectos: o do ponto de vista do “**denominador** e o das razões que o levaram, dentro de um processo paradigmático de possibilidades, a selecionar uma delas, a que mais respondesse às suas necessidades momentâneas de opção” (p.49), e, do ponto de vista da “**natureza do produto** dessa escolha, isto é, da substância mesma do topônimo, revelada pelos seus componentes linguísticos” (DICK, 1990, p. 49).

Como se pode perceber no que foi abordado anteriormente, evidencia-se que se quisermos chegar à transparência do signo toponímico, é necessário estudar o contexto e a relação entre o homem, ambiente e sociedade para recuperar o significado desse nome e reconhecer o seu percurso. Esse processo se faz necessário já que, quase sempre, o significado se perde no tempo, deixando uma lacuna entre o ato da nomeação e o tempo transcorrido na memória da comunidade residente no local.

Os estudos toponímicos já realizados no Brasil servem de base a este trabalho, por serem bastante esclarecedores em muitas questões relacionadas. Principalmente, servirão de base para o desenvolvimento do presente estudo os trabalhos de Dick, que servem como norteadores aos diversos Atlas Toponímicos em desenvolvimento no país.

Para dar prosseguimento e melhor contextualizar essa pesquisa, no capítulo 2 trataremos sobre o contexto histórico/geográfico, econômico e social da região em estudo. Considera-se que esses aspectos são extremamente relevantes para o desenvolvimento do trabalho, já que através deles será possível revelar informações imprescindíveis para explicar a origem e evolução dos nomes.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA PESQUISA

Um estudo do contexto histórico se faz necessário neste trabalho, após a abordagem dos pressupostos teóricos que formam a base dessa pesquisa. Esta seção pretende localizar e apresentar informações referentes à região a ser estudada promovendo uma contextualização da região da Quarta Colônia com os estudos Toponímicos.

Além dos estudos em Onomástica, Lexicologia e Etimologia, são imprescindíveis para os estudos toponímicos abordagens sobre aspectos históricos, importantes para o estudo da Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Uma retrospectiva histórica sobre o processo migratório na Quarta Colônia ajudará a entender melhor os fatores motivacionais que estiveram presentes na nomeação dos lugares derivados da área compreendida por essa Colônia. Além disso, dados sobre a localização geográfica e a economia da região já expõem, de certa forma, inúmeras informações que serão indispensáveis para a análise dos dados.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS DA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA

As crônicas da colonização, escritas pelo Padre Luiz Sponchiado (1970), abordam as grandes dificuldades pelas quais passava a população na Itália. De acordo com Frosi e Mioranza (2009), os problemas econômicos e sociais já existentes foram agravados pelas as lutas pela unificação, principalmente nas regiões do Norte, regiões essas de onde partiram a maioria dos imigrantes para o Brasil.

Essa instabilidade econômica da Itália, aliada ao projeto econômico do Governo Imperial do Brasil para a povoação de terras incultas e devolutas no sul do Brasil, impulsionou o movimento migratório para o sul do país.

Sponchiado (1996) fez menção à situação migratória na Quarta Colônia, dando ênfase à cidade de Nova Palma. Tais escritos revelam a importância das constantes pesquisas realizadas no Centro de Pesquisas Genealógicas desse município. O governo brasileiro, sabendo da situação das lutas pela unificação da Itália e da situação de miséria em que o povo se encontrava, busca formas de incentivar e, de certa forma, iludir o povo italiano, para que, de fato, emigrasse (SPONCHIADO, 1996). Assim, segundo o autor, a partir de 1865, quando o Brasil passou a necessitar de mão de obra para trabalhar na agricultura, Dom Pedro II dá início à colonização, cedendo terras devolutas à imigração.

A partir da promulgação da Lei nº 229, em 1851, o governo provincial passa a interferir no processo de colonização. Essa lei vem estabelecer a exploração, demarcação e mediação das terras “devolutas” em prol da criação de novas colônias com a doação de lotes aos imigrantes. Esse processo perdura até a promulgação da lei nº 304, em 1854, quando entra em conformidade com a *Lei de Terras e Colonização de nº 601*. Lei essa que proíbe a doação de terras aos colonizadores. A partir desse momento, só poderia comprar terras quem tivesse dinheiro (SAQUET, 2003, p. 50-51).

A partir dessa data, o governo imperial começou a financiar o transporte de imigrantes destinados à lavoura cafeeira. Dessa forma, a classe dominante dos cafeicultores promove a possibilidade de posse e aquisição de pequenos lotes de terra, ligados ao Estado.

As questões econômicas, e não as (geo) políticas, apesar da posição estratégica do Rio Grande do Sul na bacia do Prata, foram os fatores principais da re-territorialização italiana neste estado no final do século XIX (evidentemente os processos políticos e culturais estão no seio dos econômicos). (SAQUET, 2003, p. 48)

Com base nessas informações, o autor destaca que a re-territorialização italiana no Rio Grande do Sul, a partir de 1875, foi predominantemente econômica.

A gênese da colônia Silveira Martins deu-se no processo de expansão do capitalismo no Brasil, em decorrência desse movimento, sobretudo a partir das políticas que favoreciam a agroexportação [...] a origem dessa colônia agrícola esteve intimamente ligada ao movimento do capital ao nível internacional, mediado no nível interno, pelo governo do Estado brasileiro emergente, patrimonialista, mas que promoveu a apropriação do território. (SAQUET, 2003, p. 53-54)

Desse modo, assim que os imigrantes chegaram ao Rio Grande do Sul, nos portos de Rio Grande e Porto Alegre, havia um centro de convergência dos imigrantes, de onde eram, posteriormente, distribuídos para as Colônias. De Porto Alegre, seguiam para as Colônias de Conde d’Eu, D. Isabel, Caxias, Alfredo Chaves e Silveira Martins.⁶

Para Saquet (2003, p. 54), a colônia de Silveira Martins é fruto de uma “des-territorialização” italiana, ocasionada pela expansão do capitalismo no âmbito internacional, e ao mesmo tempo, do processo de “re-territorialização” no Brasil. Foi o resultado de situações específicas que aconteceram naquele momento em que estavam imbricadas questões históricas, econômicas, (geo) políticas e culturais, complementando-se e interagindo mutuamente entre os interesses dominantes dos brasileiros e italianos.

É importante, também, chamar a atenção para o fato de que os processos de imigração no Brasil, por imigrantes estrangeiros, também foram uma questão cultural. Alguns autores,

⁶ Informações obtidas no Centro de pesquisas genealógicas de Nova Palma.

entre eles Giron (1977), apontam a “teoria do branqueamento” como principal constituinte desse processo migratório, buscava-se um grupo social intermediário, estrato social e político, não escravo e não grande proprietário, fundamental ao governo central.

Pesavento (1980, p. 147) corrobora essa ideia mencionando que “a ‘política de colonização’ surgiu como subordinada à política global de imigração no Brasil”, pois a função do imigrante estrangeiro no Brasil foi fornecer força de trabalho em substituição ao trabalho escravo. A autora destaca também que a formação dos núcleos agrícolas e sua significativa contribuição para o abastecimento do mercado interno não pode ser visto como um processo desvinculado de um acontecimento mais amplo, que é a implantação do modo capitalista no Brasil. Ao implantar-se o capitalismo, ocorrem diversas modificações na estrutura econômica e, entre elas, a inserção da política de colonização.

Saquet (2003, p. 43-46) lembra que os italianos não foram conduzidos ao Rio Grande do Sul somente para substituir a força de trabalho, mas para reforçar o processo de formação da província. Destaca também a importância da classe dominante em investir na colonização estrangeira, em homens livres e brancos e na especialização econômica em diversas áreas do Rio Grande do Sul. Essas atitudes ocasionaram um processo de divisão social e territorial do trabalho promovido pela classe dominante, cujos interesses se voltavam à colonização.

Se para os agentes da colonização as questões políticas e econômicas se destacaram, para os imigrantes a “re-territorialização” significava a expectativa de melhores condições de trabalho. Assim, a “des-territorialização” italiana implicava a “re-territorialização” em outros lugares do Rio Grande do Sul, onde grupos desenvolveram diferentes estratégias para produzir, controlar e manter os novos territórios e as novas territorialidades (SAQUET, 2003, p. 54).

O início da “re-territorialização” italiana em Silveira Martins dá-se a partir da concessão do título definitivo de posse das terras e moradia efetivos, além do cultivo agrícola. As propriedades, o cultivo e as estradas demonstravam que não bastava residir e contribuir no povoamento, era preciso também cultivar e facilitar a circulação de mercadorias na colônia. Saquet (2003) destaca que em 1882, a colônia de Silveira Martins tinha aproximadamente 2.710 habitantes, 12 estabelecimentos artesanais e 8 comerciais (SAQUET, 2003, p. 90).

O processo de re-territorialização italiana no Rio Grande do Sul aconteceu em torno das igrejas e capelas. Era a partir delas que se construía as vilas e as suas respectivas sedes. A presença desses espaços e a figura de um padre em cada núcleo sinalizam o progresso para as famílias e mostram detalhadamente elementos da cultura, política e economia do local. No

início da colonização, as atividades sociais dos imigrantes se davam em torno às questões religiosas, a dias festivos e domingos (SAQUET, 2003, p. 93).

Saquet (2003, p. 43-46) lembra que os italianos não foram conduzidos ao Rio Grande do Sul somente para substituir a força de trabalho, mas para reforçar o processo de formação da província. Destaca também a importância da classe dominante em investir na colonização estrangeira, em homens livres e brancos e na especialização econômica em diversas áreas do Rio Grande do Sul. Essas atitudes ocasionaram um processo de divisão social e territorial do trabalho promovido pela classe dominante, cujos interesses se voltavam à colonização.

Bolzan (2011, p. 46), menciona que, mesmo após identificadas as etapas iniciais e finais da imigração na Quarta-Colônia, o processo de “enxameamento”⁷ foi constante por um longo período, permanecendo intenso também no século XX. Até 1930, os colonos italianos e descendentes migraram da ex-colônia Silveira Martins para outras regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Esse fato explica, segundo o autor, a estagnação da colônia Silveira Martins em relação às outras três colônias no Nordeste do estado. Em um primeiro momento, trata-se de um processo natural, concomitante ao processo migratório em geral. Enquanto ocorria a chegada de um grande número de imigrantes, ocorria o deslocamento para outras regiões do estado, alguns para fundar outros núcleos próximos ou para desenvolver os negócios em locais mais distantes (BOLZAN, 2011, p. 47).

Bolzan (2011, p. 47) salienta que outras motivações estão relacionadas ao processo de imigração, o que acarreta efeitos altamente maléficos tanto para o anseio do desenvolvimento econômico, quanto para consolidar os ideais de “autonomia político-administrativa”.

Outra motivação que poderia ter ocasionado tal acontecimento no processo migratório da Quarta Colônia, é a combinação de dois elementos: O primeiro, é a existência de terras não utilizadas pelos colonos na região. Essas terras ficavam em áreas limítrofes da colônia, pertencentes a particulares. O segundo motivo era o espírito empreendedor e a busca pela conquista da propriedade.

A chegada da estrada de ferro é vista, também, como uma das causas do “enxameamento”, principalmente no decorrer do século XX. A presença da ferrovia teve considerável importância no progresso, estagnação e retrocesso das áreas coloniais. A chegada da estrada de ferro facilita o acesso e promove também o aumento populacional, que confere autonomia aos locais por ela atingidos (BOLZAN, 2011, p. 49).

⁷ “Enxameamento” é definido por Bolzan (2011) com base em Sponchiado (1986) como um fenômeno de frequentes migrações internas da colônia que ocorrem concomitantes ao processo migratório como um todo.

Saquet (2003) faz um estudo voltado para os problemas ocorridos na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana ressaltando as possíveis causas que resultam na estagnação econômica das cidades, apontando para um desenvolvimento desigual entre as áreas produtivas e os indivíduos, ocorrendo assim, desigualdades bem diferentes da aparente homogeneidade.

O autor ratifica ainda que a colônia Silveira Martins nunca esteve no mesmo patamar de desenvolvimento dos outros territórios do Brasil. Dessa forma, sugere que, para estudar a Quarta Colônia de Imigração Italiana, deve-se fazê-lo de modo a considerar as diferenças no processo de desenvolvimento em relação às outras colônias de imigração do Rio Grande do Sul e às outras regiões de imigração brasileiras.

Bolzan (2011, p. 34) aponta a quebra na sequência do desenvolvimento da colônia comparadas à sequência de ritmo das outras colônias italianas do Estado, e com isso, ocorre o rompimento do vínculo comum entre elas, tornando-se necessário aprofundar as relações da colônia tanto com o contexto geral, como com aquele mais específico da imigração.

A criação de uma colônia no centro da Serra, território pertencente a Santa Maria, é financiada pelo Império. Os engenheiros mediram aproximadamente 716 lotes coloniais com 22 hectares cada um, e ali implantaram a sede provisória que se chamaria “Colônia de Santa Maria da Boca do Monte” por pertencer ao município de Santa Maria da Boca do Monte. Mais tarde, vai ser rebatizada de “Città Nuova” e, em 25 de abril de 1884, é denominada “Colônia Silveira Martins”. Vendrame (2007, p. 110) aponta que Silveira Martins se tornou o centro da Colônia por ser a primeira região a ser demarcada e, à medida que os colonos iam chegando, povoados foram se organizando. A realidade da sede era diferente do que ocorria nos outros núcleos, pois ali havia uma grande circulação de pessoas de vários lugares do Rio Grande do Sul, incluindo também Santa Maria.

Em 20 de setembro de 1879, houve a suspensão dos auxílios para a imigração promulgados pelo Decreto nº 7.570. Porém, mesmo sem auxílios do governo, a corrente migratória continuou intensa, já que os colonos que ali estavam aguardavam ansiosamente a vinda de seus patrícios que haviam ficado na Itália para um recomeço promissor. Na verdade, nem tão promissor assim, porém, como não havia meios de voltar, a solução era trabalhar e aguardar os que lá haviam ficado (SPONCHIADO, 1996).

Em 19 de agosto de 1882, o Imperador assinou o Decreto 8.644, determinando que a Colônia Silveira Martins fosse emancipada do regime colonial, passando ao regime da legislação comum a outros povos do Império. A partir dessa data, a Colônia passou a ser chamada oficialmente de “ex-Colônia” e passou a ser o 5º Distrito de Santa Maria. Foi a

primeira colônia da província a ser emancipada, já que as Colônias de Caxias, Conde d’Eu e Dona Isabel começaram a ser povoadas entre 1875 e 1884 e se emanciparam somente em 1884 (SPONCHIADO, 1996).

Superadas as dificuldades alusivas à chegada, os italianos dirigiram-se ao lote de terras compreendido pela Colônia Silveira Martins e começaram ali um longo processo de estabelecimento e permanência desses grupos. Muito tempo depois, dá-se o início da criação das cidades, as últimas emancipadas nas décadas de 80 e 90. A Quarta Colônia possui como núcleo a Colônia Silveira Martins, nome dado em homenagem ao político Gaspar Silveira Martins, por ter se empenhado junto ao governo na busca de auxílios financeiros para os imigrantes da Colônia.

É a partir do viés da história e dos aspectos migratórios que será baseado esse estudo, já que eles podem revelar informações imprescindíveis como determinantes na constituição dos topônimos em processo de estudo.

As localidades da Quarta Colônia que serão objetos desse estudo são: Nova Palma, Faxinal do Soturno, Ivorá, Dona Francisca, Agudo, Restinga Seca, Silveira Martins, Pinhal Grande e São João do Polêsine.

Após uma breve exposição da história da imigração na Quarta Colônia, faz-se necessário discutir e problematizar os conceitos de região, já que este estudo se propõe a estudar os topônimos da região da Quarta colônia.

2.2 O CONCEITO DE REGIÃO APLICADO À QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA

Sabe-se que o conceito de região é um conceito amplamente discutido e abordado por diferentes áreas de estudo. Por isso, pretende-se aqui discutir e problematizar esse conceito a partir de diferentes perspectivas, tendo em vista a Quarta Colônia de Imigração Italiana.

A região será aqui tratada a partir de uma perspectiva cultural e não apenas geográfica, pois, conforme Bourdieu (2003, p. 108), a região é uma construção simbólica. No que tange ao aspecto geográfico, uma região pode ter limites preestabelecidos de acordo com a cultura ou com os aspectos sociais, econômicos e políticos.

O referido autor menciona ainda que a “região” normalmente é limitada nos estudos geográficos ao “espaço”, sendo praticamente ignoradas as fronteiras políticas e administrativas. Sobre isso, Pozenato (2005) salienta que:

A geografia trata a região como um espaço delimitado por fronteiras que, mesmo não podendo ser muitas vezes nitidamente definidas com uma linha demarcatória, funcionam no plano simbólico como um traço de separação e, pois, de exclusão: a região é algo fechado dentro da fronteira. (POZENATO, 2005, p. 156)

Para iniciar essa discussão, menciona-se primeiramente Certeau (2002), autor que delimita o campo pertencente a “espaço” e “lugar”.

Um lugar é a ordem [...]. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. [...] O espaço é um cruzamento de móveis. [...] É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram.[...] Em suma, *o espaço é um lugar praticado*. (CERTEAU, 2002, p. 201-202)

Para Certeau (2002), o que converte um “lugar” em “espaço” é a prática humana, por isso, o “espaço” só existe no momento em que passa a ser transitado por pessoas.

O que aqui será tratado é referente ao espaço da Quarta Colônia de Imigração Italiana, já que “lugar” é somente uma definição geográfica delimitando fronteiras. Porém, as ideias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. Nesse sentido, a região da Quarta colônia é um “espaço” onde se deu a imigração e que até o momento se configura dessa forma.

Anteriormente, foi mencionada brevemente a situação de imigração no Brasil, assim, sabe-se que, os imigrantes passaram por inúmeras dificuldades de acomodação nas terras designadas e, posteriormente, de reencontro entre os patrícios que haviam chegado ao Brasil devido às dificuldades de locomoção. Dessa forma, estamos tratando de um espaço de imigração italiana que reivindica, desde a chegada e estabelecimento dos imigrantes no Brasil, ser reconhecido como “região” com identidade própria. Esse sentimento de pertencer a um local e de ser reconhecido por determinadas características instaura no sujeito um sentimento de pertencer a um “espaço” e de ver no outro sua própria identidade. Essa necessidade de se sentir pertencente a algum lugar, é discutido por Bourdieu (2003, p. 112): “o mundo social é também representação e vontade; existir socialmente é também ser percebido, aliás, percebido como distinto.”

Além de uma breve compreensão sobre “lugar” e “espaço”, é necessário também explicitar o que é entendido aqui como “região”. Para Certeau (2002, p. 212), “a ‘região’ será, portanto, o espaço criado por uma interação. Daí se segue que, num mesmo lugar, há tantas ‘regiões’ quantas interações ou encontros entre programas”. Desse modo, pode-se dizer que

um lugar não existe se não for transformado em espaço e, para ele existir, precisa ser enunciado.

“Região”, para Certeau (2002, p. 2012), não é uma realidade natural, mas uma rede de relações, um “lugar praticado”, permitindo que mais de uma interpretação se estabeleça. É um espaço de trocas e vivências, de representações simbólicas que permitem “ao homem não somente adaptar-se a seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem, as suas necessidades e seus projetos” (CUCHE, 2002, p. 10).

A partir dos autores mencionados, pode-se dizer que a “região” tem suas características próprias, o que permite a criação da identidade própria de um grupo. É importante perceber que a delimitação de “região” é feita pelo homem e não é algo natural, ela é criada para atender a decisões políticas ou de outra ordem. A “região” será mais bem entendida se vista simplesmente como um conjunto de relações e realidades que se estabelecem dentro de um limite de espaço social. Pode-se dizer que a “região” é um foco de identificação simbólica do lugar por um determinado grupo em que o espaço é que define a identidade.

As localizações das regiões devem-se às políticas de incentivo e à ocupação do território rio-grandense, inicialmente nas áreas da Região Noroeste da Serra Gaúcha e, posteriormente, na Região Central, ambas com culturas diversificadas, já que os imigrantes vieram de diferentes regiões da Itália. A Serra Gaúcha não tem sua origem italiana por escolha dos imigrantes, assim como a Região Central do Estado também não. A instalação dos imigrantes no território gaúcho decorre de determinações feitas anteriormente a suas vindas. Coube a cada grupo imigrante desenvolver seus núcleos coloniais iniciais e moldar a região de acordo com suas crenças e valores.

É importante, porém, mencionar que o conceito de Quarta Colônia de Imigração Italiana é retomado e se desenvolve com nova força no século XX por iniciativa do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), responsável pela integração econômica entre as onze cidades que compõem essa região.

O CONDESUS é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujo estatuto [...] previa abrir caminhos alternativos para executar ações, programas e projetos de interesse regional, fundamentados nos princípios da sustentabilidade dos recursos naturais e culturais da Quarta Colônia. (BOLZAN, 2011, p. 262)

Conforme Bolzan (2011), em 05/08/1996 reuniram-se os prefeitos das cidades da Quarta Colônia para fundar essa entidade, sem fins lucrativos, para atuar juntamente aos poderes públicos e privados, buscando soluções e alternativas para o desenvolvimento

sustentável dos municípios da Quarta Colônia. Posteriormente, foram acrescentados outros objetivos, entre os quais o de tornar o CONDESUS um fórum de discussões, organização, planejamento e gestão dos projetos de interesse das questões que envolvem a integração e o desenvolvimento sustentável dos municípios que compõe a Quarta Colônia (BOLZAN, 2011, p. 263). Froehlich (2009, p. 08) destaca que “(...) o papel mais fantástico do PRODESUS foi de não só projetar para fora o sentimento de regionalidade, como articular internamente o sentido de regionalidade.”⁸

Pode-se perceber, na leitura dos autores mencionados, que há uma necessidade de reafirmação identitária do sentimento de regionalidade que se projeta sobre o território da Quarta Colônia. Esse espaço social identificado pelos imigrantes se torna uma referência motivadora para os moradores locais.

2.3 IDENTIDADE E REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA

Para tratar de Quarta Colônia vista sob a perspectiva de região, é necessário também retomar algumas questões de identidade, já que não se pode falar em região sem mencionar, também, os sujeitos desse local. Logo, a identidade está imbricada às motivações que deram nome às cidades da Quarta colônia, pois o topônimo cristaliza em si a história e identidade de um povo.

Cuche (2002, p. 180) aponta que, se a identidade é uma construção social, ela se opõe também a outros grupos em que está em contato. Nesse sentido, Barth (1998, p. 211) expõe que a identidade deve ser entendida na relação entre os grupos sociais; no entanto, ela nada mais é do que modos de categorizar os grupos, apontando nos seus membros os traços que afirmam e os distinguem de outras manifestações culturais.

Dessa forma, pode-se dizer que indivíduo e cultura formam um duo determinante para a própria existência do sujeito. Embora a identidade do indivíduo seja única, ainda assim ele possui um comportamento pré-determinado pela sociedade, porque de certa forma a cultura determina os comportamentos grupais.

Pensar na Quarta Colônia de imigração Italiana e a possível relação com identidade e cultura é um processo altamente complexo, considerando que tais definições são muito amplas e pode-se cair no artifício de se fazer considerações reducionistas sobre o tema. Por

⁸ PRODESUS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) é um projeto vinculado ao Programa Nacional do Ministério do Meio Ambiente e, através do CONDESUS, torna-se um instrumento jurídico de articulação e agilização do projeto de desenvolvimento regional.

isso, quando se busca observar através do topônimo a história do determinado grupo que o denominou, não se pode deixar de avaliar os fatores linguísticos, considerando que muitas vezes alguns nomes podem ter sido impostos à comunidade sem a mesma ter sido consultada.

Por exemplo, levando em conta as informações apresentadas sobre a imigração na Quarta Colônia, é possível dizer que existe na população uma identidade italiana comum entre os descendentes de imigrantes italianos de faixa etária mais elevada, diferenciando esse grupo do restante da população. Sobre isso, Barth (1998, p. 189-190) define grupo étnico de acordo com algumas características entendidas pela antropologia. Entre elas estão o compartilhamento de “valores culturais fundamentais”, e possuir “um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo”, entre outras características não mencionadas.

É em virtude dessas questões que é necessário observar se as denominações dos topônimos foram dadas por um grupo étnico logo no início da imigração, em que esse grupo se identifica e se reconhece com a denominação do local. O que ocorre muitas vezes com nomes de cidades que possuem o adjetivo “Novo” antecedendo o nome, para então reavivar na memória a cidade de onde partiram.

Ainda que as relações de identidade estejam relacionadas a grupos étnicos, é necessário também apontar algumas questões de cultura e identidade, pois, se há relação entre elas é necessário também relacionar com as características dos grupos étnicos. No caso da Quarta Colônia de imigração Italiana, há um compartilhamento de valores culturais entre os habitantes dessa região, e há também uma identificação entre as pessoas, de forma que possam ser diferenciadas por alguma característica cultural.⁹

Sobre os aspectos que diferenciam um grupo étnico de outro, é imprescindível ressaltar um aspecto abordado por Barth (1998, p. 193-194), em que o autor enfatiza justamente os efeitos de se fazer atribuições categóricas a um grupo étnico, compreendendo que, “uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente”. Nesse sentido, é possível pensar no contexto da Quarta Colônia, pois, as atribuições étnicas e as características que definem o grupo étnico podem ser aplicadas a todos os habitantes do local, mesmo que se reconheçam em uma identidade coletiva.

⁹ Cultura aqui está sendo entendida como um conjunto de valores, práticas e sistema linguístico utilizado. No caso da Quarta Colônia de imigração Italiana, as pessoas se identificam muitas vezes por algumas dessas características e ao mesmo tempo se reconhecem como membros de um mesmo grupo através delas.

Os efeitos da globalização, entendida como “um processo desigual” que “tem sua própria geometria de poder” Hall (2004, p. 80), se fazem sentir também sobre a região da Quarta Colônia, embora possam incidir em menor grau em pequenas cidades do interior do estado, onde o comércio e indústria não foram amplamente explorados, nem se dispõe de tecnologia, acesso a internet, ou mesmo se verifica melhoria das estradas. A ilusão de que a globalização afeta a todos da mesma forma cai por terra quando olhamos as diferenças econômicas existentes entre as pessoas de uma mesma região, o acesso à tecnologia, a facilidade de locomoção entre os lugares não é acessível a todos. São, enfim, diversos aspectos que irão influenciar fortemente na língua e na cultura como um todo.

É por isso que se pode pensar que a Quarta Colônia apresenta um certo atraso evolutivo no tempo, o que afeta também o seu reconhecimento como grupo étnico.

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa, com foco no estudo toponímico, volta-se ao estudo dos nomes próprios de lugares. A área selecionada para a realização da pesquisa é a Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS, localizada na região centro-oeste do estado, composta por nove cidades. A escolha dessa área justifica-se por ter sido a última colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul (as três primeiras localizam-se na região nordeste do Estado) e também pelo fato de que ainda não se tem conhecimento de estudos toponímicos desenvolvidos sobre a região.

Como vimos no Capítulo 1, seção 1.1, Dauzat (1926) propõe que os nomes das localidades devem ser dados de acordo com os povos que as habitam. Levando em consideração esse aspecto, a investigação foi realizada através de pesquisas documentais e levantamento de dados em fontes escritas (processos, leis, decretos) junto aos Órgãos Oficiais – prefeituras, subprefeituras, Arquivo Público do Estado, IBGE, setores do Exército, no caso dos mapas. Importante também foi a bibliografia disponível no Centro de Pesquisas Genealógicas¹⁰ da Quarta Colônia, da cidade de Nova Palma, que conta com um raro acervo bibliográfico que traz informações referentes ao histórico dos municípios estudados, de onde puderam ser resgatados dados históricos, geográficos, políticos e também lexicais. Foi feita depois uma triagem do material, organizando-se listas de dados pertinentes ao tema.

O método é indutivo: a análise vai do particular ao geral, levando em conta duas perspectivas: a sincrônica e a diacrônica. Muitos dos nomes próprios dos lugares estão fossilizados em decorrência da passagem do tempo, resultantes de um processo histórico e cultural, neste caso, desde que os imigrantes chegaram à Quarta Colônia de Imigração Italiana e começaram a dar nomes aos lugares.

Os dados foram sistematizados em fichas lexicográfico-toponímicas, com leve adaptação do modelo de ficha¹¹ usado pelos pesquisadores que estão elaborando os Atlas Toponímicos estaduais com vistas à elaboração do Atlas Toponímico do Brasil. Nesta ficha constam o município – a entrada lexical, o topônimo –, sua localização geográfica, a categoria do topônimo (acidente físico ou humano) e sua classificação conforme a taxionomia de Dick (1990), a etimologia do nome, a sua estrutura morfológica, o histórico do topônimo, as informações enciclopédicas e a fonte documental. Foram também incluídos mapas, indicando

¹⁰ Muitos dos textos encontrados no Centro de Pesquisas Genealógicas não têm as referências legíveis, em decorrência do desgaste do material pelo tempo, por isso essas referências não foram citadas diretamente.

¹¹ Ficha Lexicográfico-toponímica modelo desenvolvido por Dick (2004), citado por Andrade (2010, p. 184).

a localização do município no estado do Rio Grande do Sul. Como mencionado, a ficha sofreu adaptação de modo a incluir dados relevantes levantados.

A atividade de análise busca suporte teórico em pesquisas linguísticas já realizadas, em especial pelos autores já mencionados no Capítulo 1, e apoia-se nos princípios teórico-metodológicos da toponímia, adotados por Dauzat (1926), adaptados à realidade brasileira e seguidos pelos estudiosos da Universidade de São Paulo, e pelas demais universidades brasileiras que desenvolvem estudos toponímicos.

Buscou-se apoio também em outras áreas do conhecimento como, por exemplo, na História, na Antropologia, em questões de identidade étnica e política. No entanto, devido à escassez de publicações oficiais sobre a história dos municípios, recorreremos às crônicas ou relatos, produzidos por antigos moradores, pesquisadores informais e interessados em geral. Essas crônicas, mesmo se por vezes não reconhecidas pela História oficial, trazem importantes contribuições para os estudos toponímicos, pois no conhecimento popular – que busca como fonte a memória da localidade – é possível identificar elementos explanatórios para a motivação de algumas designações.

Vale ressaltar que a evolução das línguas através do tempo, assim como as transformações vocabulares, muitas vezes ocorridas de forma lenta e por causas diversas em diferentes idiomas, torna ainda mais minucioso o estudo dos topônimos. Fernandes (1941, p. 10) menciona que, em virtude desses pontos, muitas vezes o pesquisador se vê preso em um emaranhado de fios que torna a pesquisa ainda mais densa pela falta de documentação idônea.

A seguir, apresentamos o modelo de ficha lexicográfico-toponímica desenvolvida para este trabalho e utilizada para as análises, que é composta por 11 campos, detalhados na sequência (Quadro 1):

Quadro 1 - Modelo de ficha lexicográfico-toponímica

Topônimo	
Localização geográfica	Localização: Região: Mesorregião: Microrregião: Coordenadas:
Acidentes Humanos	Município
Classificação taxionômica	
Estrutura do topônimo	
Etimologia	
Histórico do município	
Informações enciclopédicas	Fundação: Gentílico: Municípios limítrofes:
Imagem/ilustração	
Mapa – localização do município no Rio Grande do Sul e no Brasil	
Fonte	

Fonte: elaborado pela autora

No item topônimo, é inserido o nome do município a ser analisado.

No campo destinado a localização geográfica do topônimo, incluem-se dados, obtidos junto ao IBGE, sobre: localização, região, mesorregião, microrregião e coordenadas, a fim de localizar espacialmente o município que está sendo analisado.

No terceiro item, Acidentes Humanos (AH), consta o tipo de topônimo, nesse caso, os municípios.

Na estrutura do topônimo, é considerada a sua classificação gramatical.

Para o campo etimologia serão considerados, de acordo com os dicionários pesquisados, a etimologia e origem do(s) nome(s) dos municípios analisados.

No item histórico do município, será exposta resumidamente a história de formação do local, com breves explicações que se reportam à imigração e à chegada dos primeiros habitantes ao local.

Em informações enciclopédicas, entende-se necessário expor alguns dados complementares sobre o município. Dentre elas, a data de fundação, o gentílico correspondente e os municípios limítrofes.

No item imagem/ilustração serão expostas algumas imagens representativas do município. Após as imagens, será disponibilizado um mapa em que consta a localização do

município dentro do estado do Rio Grande do Sul, assim como a fonte dos dados que foram citados na ficha. Por último, será exibida a fonte da pesquisa sobre o topônimo.

Tais informações presentes na ficha lexicográfico-toponímica explicam de maneira mais ampla a formação dos municípios e permitem classificá-los de acordo com a taxonomia proposta por Dick.

No Capítulo 4, a seguir, serão apresentadas as fichas lexicográfico-toponímicas dos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS, em ordem alfabética.

4 APRESENTAÇÃO DAS FICHAS LEXICOGRÁFICO-TOPONÍMICAS DOS MUNICÍPIOS DA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RS

Neste capítulo, apresentamos os dados coletados e sua análise, de acordo com a metodologia descrita anteriormente. Os dados estão organizados nas fichas lexicográfico-toponímicas, dispostas em ordem alfabética, para melhor visualização e compreensão. Desde já, salienta-se que houve alguma dificuldade em estabelecer o limiar entre as informações históricas e enciclopédicas, já que ambas muitas vezes se confundem, inclusive por que, como mencionamos anteriormente, muitas vezes não foram encontradas informações suficientes em fontes históricas, tendo sido necessário recorrer a crônicas, em que muitas informações adicionais são trazidas.

Antes de passar às fichas propriamente ditas, trazemos alguns dados sobre os municípios que compõem a Quarta Colônia, bem como sobre sua situação e localização no Estado do Rio Grande do Sul.

4.1 DADOS GERAIS SOBRE OS MUNICÍPIOS DA QUARTA COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA

Com base em aspectos socioeconômicos, para fins estatísticos, o Estado do Rio Grande do Sul pode ser dividido, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE/2010, em sete mesorregiões, conforme ilustração a seguir (Figura 1). Cada mesorregião é subdividida em microrregiões, que recebem o nome de um dos municípios, geralmente o mais populoso ou de maior importância econômica.

Figura 1: Mesorregiões do Rio Grande do Sul



Fonte: <<http://www.achetudoeregiao.com.br/rs/geografia.htm>>

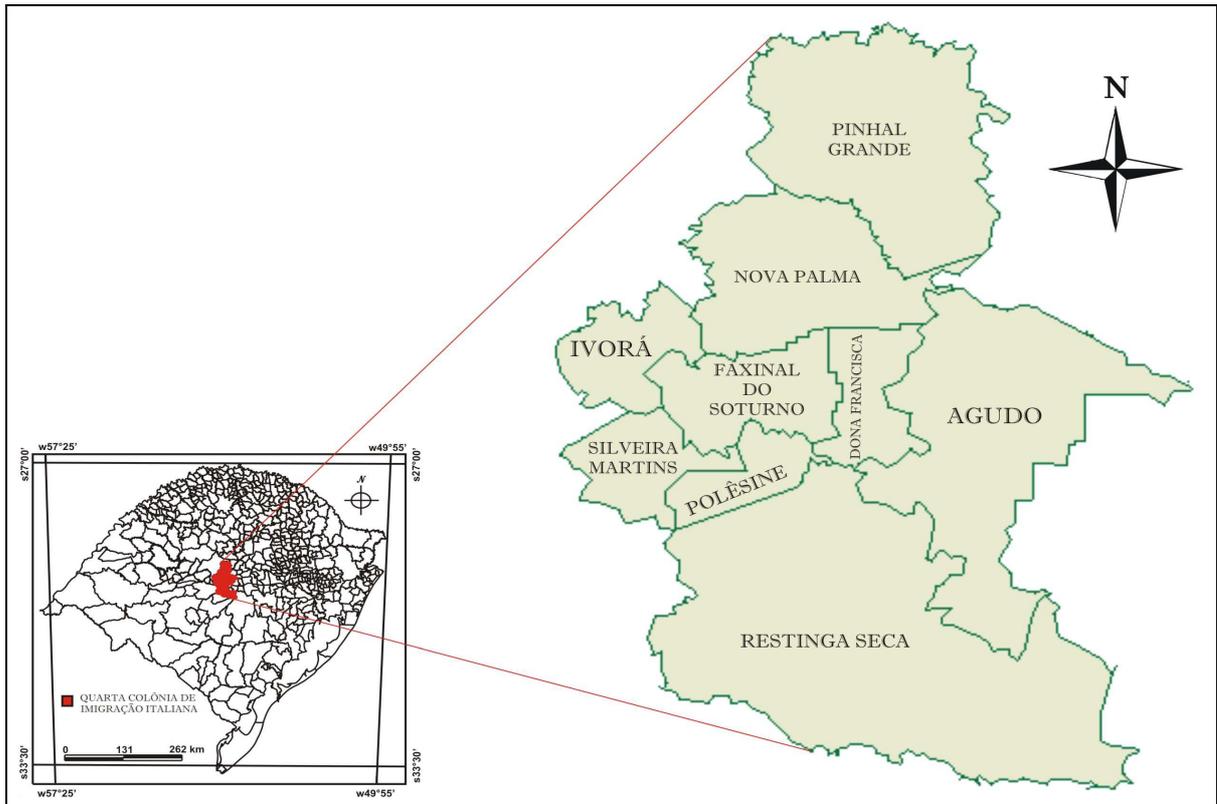
Legenda:

- 1 e 2: mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense
- 3: mesorregião de Porto Alegre
- 4: mesorregião do Nordeste Rio-Grandense
- 5: mesorregião do Noroeste Rio-Grandense
- 6: mesorregião do Sudeste Rio-Grandense
- 7: mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense

Os municípios da Quarta Colônia estão localizados na mesorregião Centro Ocidental do Rio Grande do Sul e nas microrregiões de Restinga Seca e Santiago. Por sua vez, a microrregião de Restinga Seca teve sua população estimada pelo IBGE/2010 em 68.118 habitantes e está dividida em nove municípios. Com uma área total de 3.004,521 km², compreende os municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Ivorá, Nova Palma, Restinga Seca, São João do Polêsine e Silveira Martins. Dentre eles, o único que não pertence à Quarta Colônia é o município de Formigueiro. Já a microrregião de Santiago tem estimados 114.839 habitantes, e está dividida em nove municípios. Possui uma área total de 11.213,844 km². Estão incluídos aí os municípios de Capão do Cipó, Itacurubi, Jari, Júlio de Castilhos, Pinhal Grande, Quevedos, Santiago, Tupanciretã e Unistalda. Dentre eles, somente o município de Pinhal Grande pertence à Quarta Colônia.

Os municípios da Quarta Colônia a serem analisados estão representados no mapa a seguir (Fig. 2):

Figura 2: Municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS



Fonte: Stefanello (2008, p. 41)

A seguir, apresentamos as fichas lexicográfico-toponímicas com a análise dos topônimos da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS, em sequência alfabética.

4.1.1 Agudo

Ficha lexicográfico-toponímica de Agudo

Topônimo	Agudo
Localização geográfica	Localização: Incrustada na Serra Geral, onde inicia o Planalto Central. Região: Centro-Oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mesorregião: Centro Ocidental Rio-Grandense (IBGE/2008). Microrregião: Restinga Seca (IBGE/2008). Coordenadas: 29° 38' 42" S 53° 14' 24" O
Acidentes Humanos	Município
Classificação taxionômica	Morfotopônimo (topônimo que reflete o sentido de uma forma geométrica)
Estrutura do topônimo	Adj.
Etimologia	* Agudo: 1 adj. ‘terminado em ponta’. Do lat. Acūtus Agudeza . (CUNHA, 2001, p. 23). 2. Do lat. <i>Acutu</i> . (NASCENTES, 1966, p. 22). 3. Acūtus: Agudo, pontudo, erguido, levantado, empinado. (SARAIVA, 2006, p. 21).
Histórico do município	Segundo informações do IBGE, a cidade de Agudo está localizada à margem esquerda do rio Jacuí. Essa região aparece pela primeira vez, em 1800, em um mapa organizado pela província onde aparecia um morro denominado “Agudo”, quando o governo provincial cria, na região, a Colônia de Santo Ângelo, nome dado em homenagem ao presidente da província (Ângelo Muniz Ferraz). Os primeiros imigrantes alemães, luteranos, provenientes da Pomerânia, só chegam na região em 1º de novembro de 1857, desembarcando em Cerro Chato, margem esquerda do Rio Jacuí. Os provenientes da Boêmia chegaram em 1876. Antes da chegada dos imigrantes alemães, habitavam nas proximidades alguns sesmeiros de origem lusitana. Somente em novembro de 1857, chegam os primeiros imigrantes alemães. O primeiro diretor da colônia foi Florian von Zurowski, que logo foi substituído pelo Barão Von Kahlden, sendo ele uma das personalidades mais importantes da história de Santo Ângelo, atuando também como administrador público. Em 1855, é aberta a picada “Morro Pelado”, atual “Avenida Concórdia”, principal avenida da cidade. Em 4 de setembro de 1855, a Câmara Municipal de Cachoeira do Sul, dividiu a Colônia Santo Ângelo em 6 grandes complexos, de acordo com a Lei Municipal nº 1.433 de janeiro de 1844, para a arrecadação de Imposto Colonial. Em 1865, a Colônia Santo Ângelo torna-se o 1º Distrito de Cachoeira do Sul, estendendo-se à margem esquerda do Rio Jacuí até a Colônia Germânica (atualmente Candelária). Em 1938, Agudo é elevada a categoria de cidade. Nome que originou-se de um morro localizado a oeste do município, com 429 metros de altura. Em 1957, iniciou-se o movimento de emancipação. Dois anos depois, pela Lei nº 3.718 de 16 de fevereiro de 1959, foi criado o município de Agudo. No território que compreende o atual município foram encontrados vestígios arqueológicos das tradições humaitá, vieira e tupi-guarani. Estes índios foram aldeados nos séculos XVII e XVIII.
Informações enciclopédicas	Segundo Santin (1999, p. 97), a idade de Agudo encontra-se a 32 km da sede da ex-colônia Silveira Martins, hoje, Quarta Colônia de Imigração Italiana. A cidade conta com 6.342 habitantes, de acordo com o censo de 2010. A maioria residindo na área rural. Buzanelo (1993 <i>apud</i> Santin 1999, p. 27) relata que, em 1960, quando aconteceu a emancipação do município, a cidade contava com dez mil habitantes, e de acordo com o censo atual, podemos perceber a redução de crescimento vegetativo no município. Fundação: 16 de fevereiro de 1959. Gentílico: agudense. Municípios limítrofes: Cerro Branco, Nova Palma, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Restinga Seca e Dona Francisca.

<p>Imagem</p>	<p>Figura 3: Avenida Concórdia com realce para o morro Agudo ao fundo</p>  <p>Fonte: <http://www.google.com.br/imgres?imgurl=http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/f/f9/Conordia_avenue.jpg/280px></p>
<p>Mapa – localização do município no Rio Grande do Sul e no Brasil</p>	<p>Figura 4: Localização do Município de Agudo no RS</p>  <p>Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Agudo></p>
<p>Fonte: CUNHA, Antônio Geraldo. <i>Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa</i>. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007. NASCENTES, Antenor. <i>Dicionário etimológico resumido</i>. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966. 791 p. SARAIVA, F. R. dos Santos. <i>Novíssimo dicionário latino-português</i>: Etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc. 12. ed. Rio de Janeiro: Garnier, 2006, 1297 p. IBGE 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 02 dez. 2013. Mapa: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Agudo>. Acesso em: 01 jun. 2013.</p>	

4.1.2 Dona Francisca

Ficha lexicográfico-toponímica de Dona Francisca

Topônimo	Dona Francisca
Localização geográfica	Localização: Incrustada na Serra Geral, onde inicia o planalto central, região centro-oeste do estado do RS. Região: Centro-Oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mesorregião: Centro Ocidental Rio-Grandense. Microrregião: Restinga Seca (IBGE/2008). Coordenadas: 29° 37' 19" S 53° 21' 25" O.
Acidentes Humanos	Município
Classificação taxionômica	Axiotopônimo (topônimo relativo a títulos que acompanham nomes próprios individuais)
Estrutura do topônimo	Adj. + Nfem.
Etimologia	*Dona: 1. Do lat. <i>domina</i> “dona”, como título de respeito diante de nome próprio. NASCENTES (1966, p. 253) 2. Título concedido às senhoras de famílias nobres (abrev.: d. ou D.) [Us. como tratamento honorífico, de que era precedido o nome próprio de mulheres pertencentes às famílias reais de Portugal e do Brasil, estendeu-se a todas as mulheres caracterizadas por algum título de superioridade, respeito etc., como as casadas, viúvas, religiosas, idosas; em Portugal, para as de nível mais elevado pode-se dizer senhora dona (HOUAISS, online). 2. **Francisca: 1. De <i>Francisco</i> e relativo femminile varianti di <i>Francesco</i> più vicine alla forma latineggiante <i>Franciscus</i> . La prima forma è rarissima e torinese. Anche <i>Francisco</i> è della provincia di Torino, specialmente Fiorano Canavese. Il plurale <i>Francisci</i> si concentra a Roma, ma risulta anche in Umbria e a Romeno-Tn (CAFARELLI; MARCATO, 2008, p. 790). 2. Francisco: 1. substantivo masculino, machado de dois gumes, us. por guerreiros francos; frâncica, francisca (HOUAISS, online).
Histórico do município	Dona Francisca está situada entre a serra de São Martinho e às várzeas do Rio Jacuí, situação privilegiada que lhe confere características ambientais únicas. Segundo Vendrúsculo (2010, p. 57), o município de Dona Francisca surge a partir da antiga colônia de Santo Ângelo, pertencente ao município de Cachoeira do Sul. A Fazenda Santo Antônio era a sede da colônia, e pertencia ao Senhor José Gomes Leal, que, por volta de 1880, vendeu a propriedade à Família Mostardeiro, pois havia contraído uma dívida e não possuía recursos financeiros para quitar o débito, dessa forma, entregou suas terras como forma de pagamento. No ano seguinte, Manoel José Gonçalves Mostardeiro fixou residência com o fim de administrar a área, e em 1882 abriu a primeira escola que teve como professora sua filha, Anália Mostardeiro. Em 1883 contratou um agrimensor para estabelecer as bases da colonização, implementada através dos imigrantes alemães e italianos. A autora ainda menciona que o nome Dona Francisca foi dado em homenagem à esposa do colonizador, Manoel José Gonçalves Mostardeiro. Em decorrência da demarcação dos lotes coloniais, foi solicitada a presença do casal proprietário das terras para participarem do acontecimento, sendo assim, o “Marco Pião” foi fixado pela senhora Francisca Pereira Gonçalves Mostardeiro. A linha que partia deste marco seguia em direção a encosta da Serra Geral, deixando à direita o morro Santo Antônio e passou a denominação “Linha Dona Francisca”. Logo após, com a chegada dos colonos que fixaram residência na Colônia, o nome foi popularizado para o povoado, e à família restou respeitar a vontade do povo, dando o nome de Dona Francisca ao atual município. O povoado passou por um rápido desenvolvimento econômico, resultado do árduo trabalho dos colonos imigrantes, o que fez com que Cachoeira do Sul instalasse em Dona Francisca a sede do 5º distrito. Em 1934, chegaram da Itália as Irmãs Palotinas, criando a primeira Congregação da Ordem na América Latina e fundando a Escola São Carlos. Posteriormente, em 1959, Dona Francisca solicitou emancipação. Dessa forma, foi realizado um plebiscito para escolher a sede do município, entre Dona Francisca e Faxinal do Soturno, povoado do mesmo distrito, e nesse caso a maioria da população escolheu Faxinal do Soturno. Já, em 17 de Julho de 1965, Dona Francisca consegue sua autonomia político-administrativa desmembrando-se do município de Faxinal do Soturno.
Informações enciclopédicas	Vendrúsculo (2010, p. 10) menciona que o município de Dona Francisca foi emancipado em 17 de Julho de 1965, pela Lei Estadual nº 4.993, desmembrando-se do município de Faxinal

do Soturno. A cidade de Dona Francisca é banhada pelas águas do Rio Jacuí, que acompanha todo o percurso do município, em especial a cidade, que se desenvolveu na margem direita do rio. A proximidade da cidade à margem do rio lhe atribui o carinhoso apelido de namorada do Rio Jacuí, sendo ele um dos mais importantes rios do Estado do Rio Grande do Sul e é navegável desde o Lago Guaíba até a cidade de Cachoeira do Sul, sendo também de vital importância para o estado e para os municípios em que passa. Dona Francisca, assim como outras cidades banhadas pelo Rio Jacuí, utilizam-se dos mananciais desse rio para a irrigação de lavouras, pesca, lazer, abastecimento de água e fornecimento de energia. Há ainda forte influência da imigração italiana, destacando-se, por isso grande parte da população católica e veneração a Nossa Senhora dos Navegantes, para a qual foi construído um monumento às margens do rio.

Fundação: 17 de julho de 1965.

Gentílico: francisqueense.

Municípios limítrofes: Agudo, Faxinal do Soturno, Nova Palma e Restinga Seca.

Figura 5: Memorial em Homenagem a Família e ao Centenário do Nascimento do Beato Adílio Daronch



Fonte: Fotografia tirada pela autora

Figura 6: Réplica da casa Italiana no Parque Histórico Municipal



Fonte: Fotografia tirada pela autora

Imagem

Figura 7: Monumento a Nossa Senhora dos Navegantes



Fonte: fotografia tirada pela autora

Figura 8: Localização do Município de Dona Francisca no RS

Mapa –
localização do
município no
Rio Grande do
Sul e no Brasil



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_DonaFrancisca.svg>

Fonte:

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966. 791 p.

VENDRÚSCULO, Cassiana Elisa. *As relações do espaço urbano do município de Dona Francisca, RS com a região da Quarta Colônia*. Dissertação de mestrado, UFSM, 2010.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

Mapa do quê?. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_DonaFrancisca.svg>. Acesso em: 30 maio 2013.

4.1.3 Faxinal do Soturno

Ficha lexicográfico-toponímica de Faxinal do Soturno

Topônimo	Faxinal do Soturno
Localização geográfica	Localização: Incrustada na Serra Geral, onde inicia o Planalto Central. Região: Centro-Oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mesorregião: Incrustada na Serra Geral, onde inicia o Planalto Central, entre o rio Jacuí a leste e a Serra de São Martinho a oeste. Microrregião: Restinga Seca (IBGE/2008). Coordenadas: 29° 34' 12" S 53° 26' 27" O.
Acidentes Humanos	Município
Classificação taxionômica	Fitotopônimo (Topônimos que possuem seus nomes na índole vegetal; em um conjunto da mesma espécie ou de espécies diferentes).
Estrutura do topônimo	N.mas. + prep. + N.masc.
Etimologia	* Faxinal: 1. sm. Campo de pasto entremeadado de árvores esguias; 2. Trecho longo de terra que penetra a floresta; (AULETE s/a, s/p); 3. Campo que avança pelo interior de uma floresta ou cercado por altas árvores; faxinal; 4. (Regionalismo: Sul do Brasil) campo de pastagem com presença de arvoredado esguio; 5. (Regionalismo: Sul do Brasil) m.q. <i>faxina</i> ('campo que avança' e 'campo de pastagem') (HOUAISS online) **Soturno: 1. de <i>Saturno</i> , planeta que, segundo os astrólogos, dá caráter melancólico. (NASCENTES, 1966, p. 478); 2. que ou o que é quente e abafado (diz-se do tempo); mormaço; 3. <i>subst. masc.</i> falta de claridade; escuridão, treva; 4. (Regionalismo: Brasil. Uso: informal. Diacronismo: obsoleto) guarda-noturno. (HOUAISS, online).
Histórico do município	Segundo Cesca (s/a, p. 20), Faxinal do Soturno formou-se à margem esquerda do rio Soturno a partir de uma comunidade de imigrantes italianos. De início chamaram de Campo do Meio, depois, Campo dos Bugres e, posteriormente, Faxinal do Soturno. Para o autor, a denominação Campo dos Bugres veio pelo fato de terem sido localizados ali alguns cemitérios de bugres, o que ainda hoje é possível verificar com facilidade. Após uma enchente ocorrida em 1941, evidenciou-se algumas peças por eles fabricadas. Dessa forma, alguns arqueólogos constataram a presença de índios tapes nessa região. Segundo dados obtidos através do IBGE, o território do município de Faxinal do Soturno, na sua maior parte, desmembrou-se do município de Cachoeira do Sul e Julio de Castilhos.
Informações enciclopédicas	Segundo Cesca (s/a, p. 20), a cidade se localiza em uma região próxima a Santa Maria, considerada o berço do geoparque da Paleorrota e da paleontologia no Rio Grande do Sul e no Brasil. Em 1902, foi coletado, em Santa Maria, o primeiro fóssil da América do Sul, um Rincossauro. Um dos primeiros paleontólogos do Brasil, Llewellyn Ivor Price, é natural de Santa Maria e foi ele que coletou o estauricossauro, o primeiro dinossauro brasileiro. A cidade está sobre um enorme depósito de fósseis. Possui mais de vinte sítios paleontológicos. Sobre a troca de nomes que ocorreram antes do nome Faxinal do Soturno, não há registros da época exata em que a denominação de Campo dos Bugres foi substituída por Campo do Meio e, posteriormente, por Faxinal do Soturno. No entanto, sabe-se que o nome Soturno foi motivado pelos pantanais ribeirinhos que se apresentavam cobertos pelo mato cerrado e escuro "lugar soturno e perigoso" (CESCA, s/a, p. 30), principalmente nos meses de maio a setembro e épocas de chuva. O rio foi nomeado por estudantes da carta geográfica, que percorreram, pela primeira vez, o rio Jacuí, estudando seus afluentes e as possibilidades de navegação. Nessa pesquisa, conseguiram subir, com uma lancha, Soturno acima, até um lugar denominado Porto dos Nicomedes. Esse era o nome de uma das famílias mais tradicionais da região, a qual possuía sua moradia próxima ao rio. O senhor Nicomedes ocupava o cargo de subintendente e cultivava a ideia de transformar o lugar em um porto fluvial. Porém, essa ideia logo foi abandonada em virtude da enorme quantidade de troncos de árvores que, nas enchentes, eram arrancados e ficavam encalhados, o que impedia a navegação. Por último, o autor menciona que, junto ao rio Soturno, havia também grandes extensões de faxinal, referindo-se ao campo coberto de mato curto. "Daí, então, a denominação de Faxinal do Soturno" (CESCA, s/a, p. 31). O autor também menciona que o município foi criado em 29 de janeiro de 1959, quando constituía o 5º Distrito de Cachoeira do Sul. Porém, o crescimento da população e o progresso levaram à emancipação política. A emancipação ocorreu pela Lei

	<p>Estadual nº 3711, no dia 12 de fevereiro de 1959, mas a cidade emancipou-se de Cachoeira em 30 de novembro de 1958, após realização de plebiscito. Até hoje, comemora-se o dia do município na data do plebiscito Cesca (s/a, p. 31).</p> <p>Localiza-se a uma latitude 29° 34' 29" sul e a uma longitude 53° 26' 41" oeste, estando a uma altitude de 53 metros. Sua população, estimada em 2004, era de 6 953 habitantes. O município está localizado no geoparque Paleorrota.</p> <p>Fundação: 30 de novembro de 1958.</p> <p>Gentílico: faxinalense ou soturnense.</p> <p>Municípios limítrofes: Dona Francisca, Nova Palma, São João do Polêsine, Silveira Martins e Ivorá.</p>
Imagem	<p>Figura 9: Igreja em homenagem a São Pio em Faxinal do Soturno</p>  <p>Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=monumento></p>
Mapa – localização do município no Rio Grande do Sul e no Brasil	<p>Figura 10: Localização do Município de Faxinal do Soturno no RS</p>  <p>Fonte: Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4e/RioGrandedoSul_Municip_FaxinaldoSoturno.svg/280px-RioGrandedoSul_Municip_FaxinaldoSoturno.svg.png></p>
<p>Fonte: AULETE, online. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/Faxinal>. Acesso em: 03 jun. 2013. CESCA, Olivo. <i>Faxinal do Soturno: Sua história e sua gente</i>. [S.l.]: Ed. Rainha, [s.d.]. NASCENTES, Antenor. <i>Dicionário etimológico resumido</i>. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966. IBGE 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 22 dez. 2013. Mapa: Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4e/RioGrandedoSul_Municip_FaxinaldoSoturno.svg/280px-RioGrandedoSul_Municip_FaxinaldoSoturno.svg.png>. Acesso em: 01 jun. 2013.</p>	

4.1.4 Ivorá

Ficha lexicográfico-toponímica de Ivorá

Topônimo	Ivorá
Localização geográfica	Localização: Incrustada na Serra Geral, onde inicia o planalto central, região centro-oeste do estado do RS. Região: Centro Oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mesorregião: Centro Ocidental Rio-Grandense. Microrregião: Centro Ocidental Rio-Grandense (IBGE/2008). Coordenadas: 29° 31' 12" S 53° 34' 51" O.
Acidentes Humanos	Município
Classificação taxionômica	Hidrotopônimo (Topônimo relativo a cursos d'água)
Estrutura do topônimo	Subst.
Etimologia	*Ivorá: 1."y", água, rio; "poranga", "porã", bonito; "y-porã", rio bonito (FURTADO, 1969, p. 106).
Histórico do município	Para Cargnelutti e Coelho (2012, p. 01), a colonização e fundação de Ivorá está ligada à imigração italiana no Rio Grande do Sul a partir de 1875, quando, devido à ocorrência de diversos fatores na Itália e a convite do governo imperial brasileiro, os italianos deslocaram-se para o Brasil. A intenção do governo brasileiro era também povoar o extremo sul do Brasil, tendo como base econômica a pequena propriedade e a mão-de-obra livre. Segundo informações do IBGE, a história de Ivorá inicia em maio de 1883, quando o diretor da colônia Silveira Martins, Manuel J. Siqueira Couto, começou a medir os lotes coloniais que seriam destinados aos imigrantes italianos acampados nesse local. Em 25 de setembro de 1883, foram distribuídos os lotes coloniais e assentadas as primeiras famílias. Em um primeiro momento, esses lotes foram chamados de Núcleo Norte, devido à sua localização ao norte de Silveira Martins, a então sede da colonização. Mais tarde, teve a denominação de Nova Udine, em homenagem à cidade de Udine, na Itália, local de onde veio a maioria dos imigrantes que se estabeleceram nessa região. Logo no início da colonização, foi construída uma capela. Posteriormente, o Instituto Histórico e Geográfico deu o nome indígena <i>Ivorá</i> a uma das capelas construídas no núcleo. Em 1939, o núcleo norte passou à categoria de vila e sugeriu-se que os topônimos de procedência italiana fossem substituídos pelos de língua portuguesa, sendo o nome Udine, por esse motivo, substituído pelo denominativo Ivorá. A cidade de Ivorá foi fundada em 9 de maio de 1988, separando-se do município de Julio de Castilhos. A denominação é considerada um hidrotopônimo em decorrência da presença de um rio no local.
Informações enciclopédicas	Segundo Bellinaso (2000, p. 03), é considerada a hipótese de que o homem primitivo (índios) da quarta-colônia teria vindo da Ásia e, mais tarde, teria se cruzado com os brancos vindos da Oceania. Desse cruzamento teria se originado as diversas tribos de origem tupi-guarani. Apesar da impossibilidade de afirmar qualquer dado com segurança, os arqueólogos fornecem dados aproximados. Os índios vindos do alto Paraná aparecem nas regiões mais frias do planalto gaúcho; teriam atravessado as várzeas do Jacuí e chegado à Quarta Colônia. Não há informações de como se deu a posterior ocupação deles na Quarta Colônia, já que a denominação da cidade de Ivorá é de motivação indígena. O município de Ivorá está localizado na Serra de São Martinho, a uma latitude 29° 31' 13" sul e a uma longitude 53° 34' 50" oeste, estando a uma altitude de 120 metros. A sede do município está localizada na Serra de São Martinho, na transição entre a depressão central (direção de Restinga Seca e Cachoeira do Sul) para o planalto (Julio de Castilhos e Cruz Alta). Fundação: 05 de maio de 1988. Gentílico: ivorense. Municípios limítrofes: Nova Palma, Faxinal do Soturno, Julio de Castilhos.
Imagem	

	<p style="text-align: center;">Figura 11: Igreja Matriz de Ivorá</p>  <p style="text-align: center;">Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/7806658></p>	
<p>Denominações anteriores: análise e classificação do sintagma toponímico</p>	<p>Núcleo Norte</p>	<p>N.masc. + N. masc. Pelo fato de esses lotes terem sido localizados ao norte da colônia Silveira Martins, sede da colonização, foram denominados de Núcleo Norte. Por esse motivo é possível classificar essa primeira denominação como <i>cardinotopônimo</i>, já que é um topônimo relativo aos pontos cardeais.</p>
	<p>Nova Údine</p>	<p>Adj.fem. + N. <i>Údine</i>: 1. “Centro storico del Friuli, sorge in posizione piagnegante poco a sud dell’anfiteatro morenico del Tagliamento, raggrupato intorno a un poggio dal quale domina il castello. L’origine del nome Udine è ancora incerta, ma verosimilmente preroma. Udine richiama dal laro formale alcune designazione toponimiche tra cui l’antico <i>Utens</i>, fiume nel territorio dei Senoni e <i>Utina</i> ora <i>Oudna</i>, a circa 25 km da Tunisi” (MARCATO et al, 2006, p. 635). Nesse caso é possível adotar duas classificações: <i>corotopônimo</i>, pois homenageia a região da Itália de onde vieram os imigrantes. De acordo com Francisquini (1998, p. 213), é comum os nomes geográficos viajarem, transportarem-se para outras terras. Menciona que há duas condições para um topônimo imigrar: a primeira delas decorre do transporte pelo povo que imigra e a segunda fonte de migração de topônimo é o “prestígio do nome originário” e <i>cronotopônimo</i> por ser relativo a indicadores cronológicos apresentando o adjetivo <i>novo</i>.</p>
<p>Mapa – localização do município no Rio Grande do Sul e no Brasil</p>	<p style="text-align: center;">Figura 12: Localização do Município de Ivorá no RS</p>  <p style="text-align: center;">Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_Ivora.svg></p>	

Fonte:

BELLINASO, Severino T. *Os Heróis de Val de Buia*. [S.l.: s.n.], 2000.

CARGNELUTTI, Janine; COELHO, Eva Regina. *A valorização do patrimônio histórico cultural do município de Ivorá/RS*. Unifra, 2012. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/6345.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2013.

FURTADO, Nelson França. *Vocábulo indígenas na geografia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUC-RS, 1969.

MARCATO, Carla. et al. *Dizionario di Toponomástica: Storia e significato dei nomi geografici italiani*. Torino, 2006.

IBGE 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 30 maio 2013.

Mapa: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_Ivora>. Acesso em: 30 maio 2013.

4.1.5 Nova Palma

Ficha lexicográfico-toponímica de Nova Palma

Topônimo	Nova Palma
Localização geográfica	Localização: Incrustada na Serra Geral, onde inicia o planalto central Região: centro-oeste do estado do RS. Região: Centro-Oeste do estado do Rio Grande do Sul. Mesorregião: Centro Ocidental do Rio Grande do Sul Microrregião: Restinga Seca IBGE/2008. Coordenadas: 29° 28' 19" S 53° 28' 08" O.
Acidentes Humanos	Município
Classificação taxionômica	Cronotopônimo (Topônimo referente a indicadores cronológicos como Novo (a), Velho (a)).
Estrutura do topônimo	Adj + N. fem.
Etimologia	Nova: 1 s.f. Notícia, novidade. 2. de novo: outra vez. (AURÉLIO, 2004, p. 1980). 3. adj, que nasceu ou apareceu recentemente. 4. cuja vida ou existência é posterior à de outro indivíduo ou coisa. 5. que chegou recentemente a determinado local [n.morador] (HOUAISS, 2001, p. 2032) Palma: 1. Do lat. <i>Palma</i> “a parte côncava da mão, entre o pulso e os dedos”. O nome da folha da palmeira vem de ter sido comparada com uma <i>mão aberta</i> . (NASCENTES, 1966, p. 546). 2. s.f. <i>Bot.</i> Folha e ramo de palmeira 3. <i>Bot.</i> A palmeira. 3. Palmeira (palma + eira). <i>Bot.</i> Designação comum a todas as plantas palmáceas, também conhecida por <i>coqueiros e palmas</i> (MICHAELIS, p. 1534 -1535).
Histórico do município	No início da imigração italiana no RS, foi criada a colônia Silveira Martins e, a partir dela, a criação dos núcleos, dentre eles, o núcleo “Barracão”. Posteriormente, o engenheiro-chefe da Comissão de Loteamentos, Manuel da Siqueira Couto, traçou o plano diretor da área de terras devolutas da região, e em julho de 1884, muda o nome anterior “Barracão”, para fundar o núcleo “Soturno”, devido ao rio de mesmo nome, que serviu como marco zero no loteamento. A cidade de Nova Palma encontra-se a 32 km da sede da ex-colônia Silveira Martins, hoje, Quarta Colônia de imigração Italiana. Até 1891 seu território pertencia ao município de São Martinho da Serra e, posteriormente, passou a Vila Rica, que é emancipada com o nome Júlio de Castilhos. Em 29 de julho de 1960, conquista sua emancipação. Segundo dados informados pelo IBGE, 1.100 antes de Cristo, o território compreendido pela cidade de Nova Palma era habitado por grupos indígenas caçadores e coletores. Tais informações teriam sido comprovadas através de “petróglifos” frequentes na região. Vinte séculos após essa primeira ocupação e o início da imigração no RS, houve a criação da colônia Silveira Martins e, a partir dela, a criação dos núcleos. Diferentes foram às denominações de Nova Palma, sejam elas oficiais ou aquelas, surgidas antes da emancipação da cidade. Antes da emancipação a cidade recebe o nome de “Barracão” pelo fato de existirem inúmeros barracões construídos para acampar os imigrantes que vinham de Treviso, Udine, Vicenza e Vêneto. Posteriormente, muda o nome para “Soturno”, por localizar-se às margens do rio Soturno, e pelo fato de o rio ter sido utilizado como marco zero no loteamento de terras dos imigrantes (BAREA, 1990, p. 92). Até 1906, a cidade de Nova Palma tem o nome de Barracão e, pertencia ao município de Vila Rica, que é emancipado e passa a chamar-se Júlio de Castilhos. Só em 08 de abril de 1913 o intendente de Júlio de Castilhos muda o nome de Barracão para Nova Palma. Essa troca de nome foi levada à efeito alegando que a planta levantada na formação do núcleo colonial dava o nome de Nova Palma, e, dessa forma, visando o embelezamento da cidade, plantou-se uma longa alameda de coqueiros desde a igreja matriz até o cemitério. Pela vasta área de terras que compreendia o município de Julio de Castilhos, foi necessário dividi-lo em sete distritos e, Nova Palma, passa a formar o 5º distrito de Júlio de Castilhos. Em 1º de janeiro de 1939 às sedes dos distritos de Julio de Castilhos foram elevados à vila e dessa forma, Nova Palma foi elevada a categoria de vila. Em 29 de julho de 1960, a lei 3.933, cria o município de Nova Palma (DELLA MÉA, 1980, p. 1-20). Uma segunda hipótese para essa denominação é o que aponta Barea (1990, p. 92). Segundo o autor, o

	<p>nome Nova Palma foi dado em homenagem a grande quantidade de coqueiros já existentes no centro da cidade e que eram chamados de “palmas” pelos imigrantes e que, Palma é um nome de origem português que significa “folha de palmeira”, o nome Nova Palma teria sido em homenagem à cidade de Palma na província do Vêneto, de onde teriam vindo a maioria dos imigrantes italianos da cidade. Dessa forma, pode-se perceber que há mais de uma hipótese para a motivação denominativa de Nova Palma. Ainda que, classificado como um <i>Cronotopônimo</i>, por ser em homenagem à cidade de Palma na província do Vêneto, é necessário ressaltar também que, há informações que mostram que o nome teria sido dado pelo fato da planta levantada na formação do núcleo colonial ter o nome de Palma e ainda pela quantidade de coqueiros já existentes na cidade. Dessa forma, caberia ainda uma classificação como <i>Fitotopônimo</i> por referir-se a um topônimo de índole vegetal.</p>
<p>Informações enciclopédicas</p>	<p>A cidade de Nova Palma encontra-se a 32km da sede da ex-colônia Silveira Martins, hoje, Quarta Colônia de imigração Italiana. A cidade conta com 6.342 habitantes, de acordo com o censo de 2010. A maioria residindo na área rural. Santin (1999, p. 97), de acordo com Buzanelo (1993), relata que em 1960, quando aconteceu a emancipação do município a cidade contava com dez mil habitantes, e de acordo com o censo atual, podemos perceber a redução de crescimento vegetativo no município. Fundação: 29 de julho de 1960 Gentílico: novapalmense Municípios limítrofes: Pinhal Grande, Julio de Castilhos, Ivorá, Faxinal do Soturno, Dona Francisca e Agudo.</p>
<p>Imagem</p>	<p>Figura 13: Igreja Matriz com as palmeiras que presumivelmente inspiraram o topônimo</p>  <p>Fonte: Registros do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma</p>

Mapa –
localização do
município no
Rio Grande do
Sul e no Brasil

Figura 14: Localização do Município de Nova Palma no RS



Fonte:

<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_NovaPalma.svg&page=1>

Fonte:

AURÉLIO. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo, Positivo, 2004. 2920 p.

BAREA, Canônico Giuseppe. La quarta colônia dell'immigrazione italiana nel 1925. In: *Coleção Imigração Italiana*. Coord. Rovílio Costa e Luis A. De Boni. Santa Maria: EST, 1990.

MICHAELIS: *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

DELLA MÉA, Nelza Piovesana. *Evolução histórico administrativa do município de Nova Palma*. Monografia de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição. Santa Maria, 1980.

HOUAISS, Antônio (1915-1999); VILLAR, Mauro de Salles (1939-). *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966. 791 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio*, versão 5.0. São Paulo: Nova Fronteira, 2004. CD-ROM.

IBGE 2010. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

Mapa: Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_NovaPalma.svg&page=1,>.

Acesso em: 01 jun. 2013.

4.1.6 Pinhal Grande

Ficha lexicográfico-toponímica de Pinhal Grande

Topônimo	Pinhal Grande
Localização geográfica	Localização: Incrustada na Serra Geral, onde inicia o Planalto Central. Região: Centro-Oeste do Estado do RS. Mesorregião: Centro Ocidental Rio-Grandense (IBGE/2008). Microrregião: Santiago IBGE/2008. Coordenadas: 29° 21' 00" S 53° 19' 52" O.
Acidentes Humanos	Município
Classificação taxionômica	Fitotopônimo (Topônimos que possuem seus nomes na índole vegetal; em um conjunto da mesma espécie ou de espécies diferentes).
Estrutura do topônimo	Subst. + Adj.
Etimologia	*Pinhal: 1. sm. Plantação de pinheiros (AULETE, s/a, s/p); 2. s.m extenso aglomerado de pinheiros em determinada área (HOUAISS, s/a, s/p). **Grande: 1. adj. 'vasto, comprido, desmedido, numeroso' (CUNHA, 2007, p. 393); 2. Do lat. <i>Grande</i> . Suplantou <i>magnus</i> (NASCENTES, 1966, p. 364).
Histórico do município	De acordo com Costa (COSTA, 2008, p. 53), os jesuítas estiveram presentes em terras de Pinhal Grande por cerca de 136 anos. O autor aponta o ano de 1801 como um marco histórico para a história de Pinhal Grande. O índio, os bandeirantes, os espanhóis, os portugueses, os paulistas e, finalmente, o homem de Pinhal Grande. Todas essas heranças culturais formam parte da história de Pinhal Grande. A conquista das missões é um dos marcos para a história do Rio Grande, e que, posteriormente, iria influenciar no povoamento do município. Expondo de forma sucinta, (COSTA, 2008, p. 57) as terras do atual município de Pinhal Grande pertenceram até 1801 à Coroa Espanhola, particularmente, à Estância Jesuítica de Santo Antônio, um dos sete povos das missões. Essa estância estava praticamente desabitada e ficava muito distante dos Sete Povos. Ali, somente viviam os índios guaranis. Incorporado a Portugal, o território espanhol passou a denominar-se "Província das Missões" e era do interesse do comando português que viessem imigrantes para povoar as terras, já que as terras devolutas eram distribuídas gratuitamente. O povoamento foi feito levando em consideração a motivação econômica. Na época, os fazendeiros paranaenses descobriram que era um bom negócio vir buscar aqui no sul os animais selvagens. Porém, deslumbrados com a paisagem sulina, muitos compradores resolveram aqui se estabelecer para dedicar-se à compra e venda de animais. Assim, inicia o chamado ciclo do tropeirismo, e esse foi o caminho seguido pelo primeiro povoador da região, que iria mais tarde constituir o município de Pinhal Grande. Costa (2008, p. 58) destaca alguns aspectos importantes do que foi o tropeirismo na região. Primeiro, é incontestável a influência dos tropeiros na ocupação e desbravamento dos primeiros caminhos. Em segundo lugar, a conquista das Missões ocasionou a distribuição das sesmarias na região. O primeiro povoador de Pinhal Grande, João Gonçalves Padilha, abriu o primeiro caminho para a sua terra devoluta. Foi com a instalação do tropeirismo no RS que João Gonçalves Padilha veio a encontrar a terra de Pinhal Grande. Foi no rumo para o sul, para o lado do desconhecido rio Jacuí que encontrou as terras ao redor da atual Fazenda do Sobrado, onde se estabeleceu com alguns escravos. Iniciara ali a Fazenda da Boa Vista, atual município de Pinhal Grande. "Encontrou-se, portanto, em 1880, o primeiro registro do topônimo "Pinhal Grande" (COSTA, 2008, p. 84). Quando o distrito de Vila Rica (atual município de Julio de Castilhos) emancipou-se, houve uma divisão administrativa em 3 distritos: o distrito de Pinhal Grande ficava em seu 1º distrito. Era uma região formada por várias fazendas, e, ao sul, os pinheirais da costa do rio Jacuí, floresta praticamente virgem e quase desabitada. Segundo dados informados pelo IBGE, Pinhal Grande foi criado pela Lei Municipal nº 9600, de 20 de março de 1992 e seu nome foi motivado em virtude da extensa mata nativa, especialmente a mata de pinhais, o que originou o nome a Pinhal Grande.
Informações enciclopédicas	A cidade de Pinhal Grande possui uma área de 477,39 km ² e está localizada na região do Planalto Médio. O relevo é composto de gramíneas e mata nativa, destacando-se

	<p>o pinheiro. A economia do município está baseada nas atividades de agricultura e pecuária, desenvolvidas nas mais de 800 propriedades rurais do município. O processo de emancipação do município, ainda que recente, trouxe muitos benefícios para a comunidade local.</p> <p>Fundação: 20 de março de 1992</p> <p>Gentílico: pinhal-grandense</p> <p>Municípios limítrofes: Julio de Castilhos, Nova Palma, Estrela Velha e Ibarama.</p>
Imagem	<p>Figura 15: Igreja São José em Pinhal Grande</p>  <p>Fonte:</p> <p><http://www.diocesasantamaria.org.br/content/knowledgebase/kb_view.asp?kbid=54></p>
Mapa – localização do município no Rio Grande do Sul e no Brasil	<p>Figura 16: Localização do Município de Pinhal Grande no RS</p>  <p>Fonte:</p> <p><http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_PinhalGrande.svg></p>
<p>Fonte:</p> <p>AULETE, online. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br>. Acesso em: 03 jun. 2013.</p> <p>COSTA, Firmino. <i>Pinhal Grande: Contribuição ao estudo da história de seu município</i>. Santa Maria: Ed. Gráfica Palotti, 2008.</p> <p>CUNHA, Antônio Geraldo. <i>Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa</i>. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.</p> <p>HOUAISS. <i>Dicionário de Língua Portuguesa</i>. Disponível em: <http://200.241.192.6/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame,>. Acesso em: 01 jun. 2013.</p> <p>IBGE 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 22 dez. 2013.</p> <p>NASCENTES, Antenor. <i>Dicionário etimológico resumido</i>. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966.</p> <p>Mapa: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_PinhalGrande.svg>. Acesso em: 01 jun. 2013.</p>	

4.1.7 Restinga Seca

Ficha lexicográfico-toponímica de Restinga Seca

Topônimo	Restinga Seca
Localização geográfica	Localização: Incrustada na Serra Geral, onde inicia o Planalto Central. Região: Centro-oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mesorregião: Centro Ocidental Rio-Grandense. Microrregião: Restinga Seca IBGE/2008. Coordenadas: Latitude: -28.2203, Longitude: - 54.3389.
Acidentes Humanos	Município
Classificação taxionômica	Geomorfotopônimo (Topônimo relativo a forma topográfica)
Estrutura do topônimo	Subst. + Adj.
Etimologia	*Restinga: 1 s.f. Banco de areia ou de pedra em alto mar. 2. <i>restynga</i> XV – De etimologia obscura. (CUNHA, 2001, p. 680); 3. faixa de areia ou de pedra que se prende ao litoral e avança pelo mar; 4. Terreno arenoso e salino, próximo ao mar e coberto de plantas herbáceas características; 5. Rubrica: fitogeografia. Formação vegetal característica das dunas e planícies arenosas do litoral brasileiro, do Amapá ao Rio Grande Sul, constituída de mangues, halófitos e xerófitos; 6. recife ou baixio à flor da água; escolho; 7. Regionalismo: Sul do Brasil. porção de terra arenosa entre a lagoa e o mar; 8. Regionalismo: Pará. Faixa de mato às margens de um rio, a qual aflora por ocasião das cheias, ficando o terreno submerso; 9. Regionalismo: Rio Grande do Sul. nome comum a depressões rasas, retas e paralelas à linha da costa; 10. Regionalismo: Minas Gerais. Rebotallo de terras já lavradas; 11. Regionalismo: Paraná. Estreita e longa mata que separa dois campos de pastagem; 12. Regionalismo: Rio Grande do Sul. Arroio cujas margens são recobertas de mato. (HOUAISS, online). **Seca: 1. adj ‘desprovido de umidade ou de líquido, enxuto’ (CUNHA, 2001, p. 710).
Histórico do município	Desde 7 de julho de 1892, Restinga Seca passou a constituir o 4º distrito de Cachoeira do Sul, sendo emancipada pela Lei Estadual nº 3.730, de 25.03.1959 (OLIVEIRA, 1983, p. 20). A história do município inicia com a divisão territorial do Estado em 1809, quando iniciou a criação dos quatro primeiros municípios do RS (São Pedro, Rio Pardo, Porto Alegre e Santo Antônio da Patrulha). Em 1819, foi criado o município de São João da Cachoeira (atualmente Cachoeira do Sul), de onde se desmembra Restinga Seca. Oliveira (1983, p. 20) descreve que Restinga Seca surgiu no Km 212, no local onde foi instalada uma caixa d’água para abastecimento de trens, entre as estações de Estiva e Arroio do Só. A caixa d’água encontrava-se à margem direita da sanga da Restinga. O local passou a ser conhecido como Caixa D’Água. Ainda que os trens tivessem que parar nesse local para serem abastecidos, os passageiros não deveriam desembarcar nessa parada, somente em Arroio do Só, Estiva ou Jacuí, onde havia a estação de passageiros. Dessa forma, algumas pessoas passaram a reivindicar a construção de uma estação ao lado do reservatório de água. O líder desse movimento foi Domingos Gonçalves Mostardeiro, que comprava mercadorias em Porto Alegre e precisava levá-las à Dona Francisca, pois possuía uma casa de comércio. Esse movimento produziu frutos, e a estação foi construída em 1898 com o nome de Estação de Restinga Seca. Segundo a autora, o município de Restinga Seca surge da doação de sesmarias e, grande parte do município, está localizada em uma faixa de terras entre o Vacacaí Grande e o Vacacaí Mirim que forma planícies pantanosas, com exceção de uma pequena parte da cidade que está situada no declive da colina, onde, mais tarde, foi instalada a sede. Assim, o nome da cidade pode ser classificado como um <i>Geomorfotopônimo</i> , já que o nome da cidade se dá em decorrência da posição geográfica em que a cidade se encontra. Oliveira (1983, p. 36) ainda menciona que os colonizadores das regiões vizinhas, como Faxinal do Soturno, Agudo, etc., que chegavam à região por via fluvial, tinham a impressão de se tratar de uma restinga, pois o município é quase totalmente contornado por cursos d’água. Já, o segundo nome, Seca, teria sido dado pelo fato de que havia uma sanga denominada Passo da Parteira, que, em certa época do ano, ficava com pouca água e cortava

	o curso.
Informações enciclopédicas	<p>Segundo dados informados pelo IBGE, o município conta com aproximadamente 17.400 habitantes em uma área de 954, 76 km². Oliveira (1983, p. 36) também expõe em sua pesquisa que, segundo o Dicionário Enciclopédico Novo Brasil, Vol. IV, p. 1351, Restinga é definida como “Banco de Areia ou de Rocha em alto mar; encolho, baixio; faixa de mata que beira igarapé ou rio; terra e vegetação que emergem do rio quando das enchentes; pequeno matagal à margem de um ribeiro ou terreno fértil; porção de terra arenosa entre uma lago e o mar, retalho de terras já lavradas”.</p> <p>Fundação: 25 de março de 1959.</p> <p>Localiza-se a uma latitude 29° 48' 48" sul e a uma longitude 53° 22' 30" oeste, estando a uma altitude de 49 metros. Sua população, estimada em 2009, era de cerca de 15.885 mil habitantes, segundo o IBGE.</p> <p>Gentílico: restinguense</p> <p>Municípios limítrofes: Formigueiro, Agudo, Dona Francisca, São João do Polêsine, Cachoeira do Sul e Santa Maria.</p>
Imagem	<p>Figura 17: Estiva: Estação Férrea de Restinga Seca</p>  <p>Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_uruguaiana/fotos/estiva071.jpg></p>
Mapa – localização do município no Rio Grande do Sul e no Brasil.	<p>Figura 18: Localização do Município de Restinga Seca no RS</p>  <p>Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Restinga_Seca></p>
<p>Fonte: CUNHA, Antônio Geraldo. <i>Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa</i>. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007. HOUAISS. <i>Dicionário de Língua Portuguesa</i>. Disponível em: <http://200.241.192.6/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame,>. Acesso em: 01 jun. 2013. NASCENTES, Antenor. <i>Dicionário etimológico resumido</i>. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966. 791 p. OLIVEIRA, Lacy Cabral. <i>Evolução histórica, política e administrativa do Município de Restinga Seca</i>. Restinga seca, 1983. IBGE 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso: 22 dez. 2013. Mapa: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Restinga_Seca,>. Acesso em: 30 maio 2013.</p>	

4.1.8 São João do Polêsine

Ficha lexicográfico-toponímica de São João Polêsine

Topônimo	São João do Polêsine
Localização geográfica	Localização: Incrustada na Serra Geral, onde inicia o Planalto Central. Região: Centro-Oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mesorregião: Centro Ocidental Rio-Grandense (IBGE/2008). Microrregião: Restinga Seca (IBGE/2008). Coordenadas: 29°36'50" S e 53°26'44" O.
Acidentes Humanos	Município
Classificação taxionômica	Hagiotopônimo (Topônimo referente a nomes de santos católico-romano).
Estrutura do topônimo	N.masc. + N.masc. + prep. + N.masc.
Etimologia	* São: 1. Forma proclítica apocopada de Santo (NASCENTES, 1966, P. 673). 2. Santo (adj. sm. 'sagrado' 'que vive sobre os preceitos religiosos, a lei divina' (CUNHA, 2007, p. 704). **João: 1. Nome de batismo, usado na forma de sobrenome de família, caracterizando um patronímico. 2. Do hebraico <i>Iohanán</i> , agraciado por Deus. 3. Que Deus favorece. 4. Através do grego <i>Ioánnēs</i> e do latim <i>Joannes</i> . O <i>es</i> é a desinência grega de nominativo singular. No velho testamento, a forma que aparece é <i>Ionán</i> , <i>Johanán</i> . No Novo é que aparecem <i>Ioánnēs</i> e <i>Joannes</i> , aplicadas a S. João Batista e S. João Evangelista (BARATA E BUENO, 2001, p. 1246). *** Polêsine: 1. Qualche cognome avrà all'origine il nome personale Pólo com il sufisso -ese, ma la forma <i>Poles</i> nell'area pordenonese-trevigiana può essere suffissata con -esso; per lo più riflettono un <i>polesè</i> con valore di etnico che può rinviare alla località <i>Po</i> , frazione di Fivizzano -Ms, al comune romano di <i>Poli</i> , o anche San Polo di Piave, <i>Pole</i> nel comune di Acqualagna -Pu, <i>Pola</i> , città della Croazia; per il cognome veneto protrebbe trattarsi di una variante con accento <i>pòles</i> (<i>e</i>) che se autentico deriverebbe dalla voce veneta nel senso di 'perno', 'cardine' [Pellegrini 2003], per l'area friulana si può richiamare anche il termine locale <i>polès</i> 'pollo'. Si aggiunga ancora per qualche cognome un eventuale riflesso di <i>Polesio</i> , frazione di Ascoli Piceno. <i>Poles</i> si distribuisce tra le provincie di Pordenone (Sacile, Brugnera, ecc) e Treviso (specialmente Gaiarine). <i>Polesè</i> è forma poligenetica, con due principale nuclei, a Torre del Greco-Na, Napoli e altrove in Campania, e nel Pordenonese (Saciele, caneva, ecc) con presenze nel Veneto orientale; ma risulta anche a Livorno, Genova, Milano e Roma e denomina quasi 1800 persone. La variante pluralizzata <i>Polesi</i> , molto rara, si trova a Roma e altrove nel centro d'Italia (CAFARELLI; MARCATO, 2008, p. 1365).
Histórico do município	Segundo dados informados pelo IBGE, o nome São João do Polêsine se deu em homenagem a Polêsine, na região norte da Itália, nas planícies do Rio Pó, local de onde vieram a maioria dos imigrantes. Quando chegou momento de escolher o padroeiro do local, escolheram São João Batista, portanto, a união dos nomes foi decorrência natural, transformando-se em São João do Polêsine. Nota-se que a escolha do nome foi dada em decorrência da união da religiosidade e da saudade da velha terra. Uma forma de agradecer ao Padroeiro São João Batista a boa acolhida na terra nova e manter viva na lembrança a Polêsine das planícies do Rio Pó no norte da Itália.
Informações enciclopédicas	Na cidade de São João do Polêsine encontra-se um povoado muito conhecido na região por apresentar algumas características peculiares, em relação a sua colonização. Vale Vêneto é uma localidade da cidade de onde provieram imigrantes do norte da Itália, região do Vêneto. Os imigrantes partiram do Porto de Gênova, Itália, aproximadamente no dia 19 de março e chegaram ao Rio de Janeiro em 20 de abril de 1878. Do Rio de Janeiro seguiram até Porto Alegre, onde foram acomodados em galpões, na praça da Harmonia. Posteriormente saíram em pequenas embarcações subindo o Rio Jacuí chegando em Rio Pardo e por meios terrestres até Silveira Martins. Em maio de 1878 começaram a ser distribuídos os primeiros lotes de terras, e em maio de 1878 chegavam os primeiros imigrantes na localidade que então era conhecida como "Buraco" por estar localizada no vale. Ainda no mesmo ano, chegaram no local mais famílias lideradas por Paulo Bortoluzzi. Por ser uma família

	<p>numerosa o nome do local passou a chamar-se Vale dos Boroluzzi. Essa família tinha uma situação financeira privilegiada em comparação aos demais imigrantes e, por isso, puderam construir um moinho e uma bodega. Paulo Bortoluzzi é considerado o fundador de Vale Vêneto por exercer liderança na localidade. Segundo Barrinuevo, com a chegada desses novos imigrantes a comunidade sentiu necessidade de trocar o nome: "Após muitas brigas, o então Padre Sório que veio da Itália, a pedido das famílias para exercer no local as funções clericais, fez uma reunião com os imigrantes afim de mudar o nome. No dia 8 de dezembro de 1881, foi proposto o nome de "Val Vêneto", argumentando que todos estariam vivendo num bonito vale, com clima mais ou menos parecido com o da região de origem dos imigrantes, ficaria então Val Veneta". No entanto, em virtude da visita do bispo de Porto Alegre em 1909, foi sugerido que o nome deveria ser passado para o português, ficando dessa forma, Vale Vêneto. Todos concordaram e a localidade permanece com o mesmo nome até hoje. Faz parte da história de Vale Vêneto a Igreja de Corpus Christi, construída no início do século passado. Esta é a primeira igreja brasileira a ter como padroeiro Corpus Christi. (informações disponíveis em: http://www.valeveneto.net/index.php?secao=historia, acesso em: 01/06/2013).</p> <p>Fundação: 20/03/1992.</p> <p>Gentílico: polesinense</p> <p>Municípios limítrofes: Faxinal do Soturno, Restinga Seca e Silveira Martins.</p>
Imagem	<p>Figura 19: Igreja Corpus Christi em Vale Vêneto</p>  <p>Fonte: <http://www.valeveneto.net/index.php?secao=historia></p>
Mapa – localização do município no Rio Grande do Sul e no Brasil	<p>Figura 20: Localização do Município de São João Polêsine no RS</p>  <p>Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_SaoJoadoPolesine.svg></p>

Fonte:

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. *Dicionário das famílias brasileiras*, volume 1, tomo 2. São Paulo, Árvore da Terra, 2001.

CAFARELLI, Enzo; MARCATO, Carla. *I cognomi d'Italia; dizionario storico ed etimologico*. Torino: UTET, 2008. 2 v.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico resumido*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966. 791 p.

IBGE 2010 <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>, acesso em: 10/06/2013.

Mapa: Disponível em:

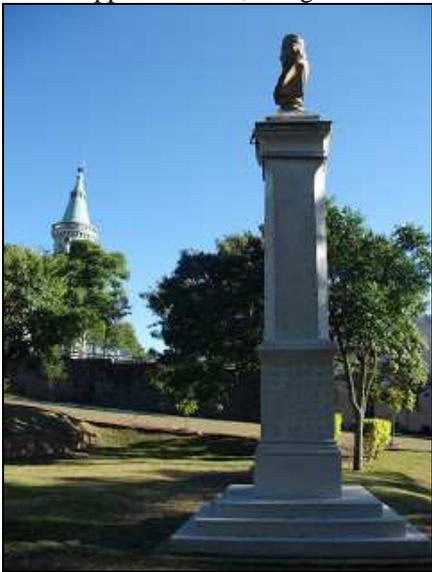
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_SaoJoaodoPolesine.svg>. Acesso em: 01 jun. 2013.

Disponível em: <<http://www.valeveneto.net/index.php?secao=historia>>. Acesso em: 01 jun. 2013.

4.1.9 Silveira Martins

Ficha lexicográfico-toponímica de Silveira Martins

Topônimo	Silveira Martins
Localização geográfica	Localização: Incrustada na Serra Geral, onde inicia o Planalto Central. Região: Centro-Oeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mesorregião: Centro Ocidental Rio-Grandense (IBGE/2008). Microrregião: Restinga Seca (IBGE/2008). Coordenadas: 29 ° 38' 31" S 53° 35' 09" O.
Acidentes Humanos	Município
Classificação taxionômica	Antropotopônimo (Topônimos relativos a nomes próprios individuais).
Estrutura do topônimo	Subst + Subst
Etimologia	*Silveira: Sobrenome de origem geográfica De <i>silveira</i> , subst. comum - silva, moita de silvas designação de várias plantas medicinais da família das Rosáceas [Antenor Nascentes, II, 282] (BARATA e BUENO, 2001, p. 2085). **Martins: 1. Sobrenome de formação patronímica – o filho de Martim ou Martinho (BARATA e BUENO, 2001, p. 2085).
Histórico do município	Segundo dados do IBGE, Silveira Martins é considerada o berço da Quarta Colônia de Imigração Italiana no RS, palco da primeira estadia dos imigrantes italianos na região. Como mencionado no decorrer deste trabalho, após a unificação da Itália, a migração para o Brasil passou a se intensificar. As primeiras levas de imigrantes chegaram as Colônias de Campo dos Bugres, Conde D'eu e Dona Isabel, hoje municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi. Dessa forma, a região nordeste do RS já estava povoada. Porém, Dom Pedro II, através do senador do Império, Gaspar Silveira Martins, percebeu a necessidade de povoar a Serra de São Martinho. Surge, dessa forma, mais uma colônia de imigração italiana no RS, chamada inicialmente de <i>Città Nuova</i> , nome escolhido pelos imigrantes para o novo povoado que se construía ao sopé do morro. Posteriormente, <i>Città Bianca</i> , pelo fato das barracas serem cobertas com lençóis brancos durante o inverno, e por último <i>Silveira Martins</i> em homenagem ao senador Gaspar Silveira Martins por ter sido um hábil político muito admirado pelos imigrantes e por ter exercido diversos cargos públicos na época da imigração italiana, entre eles, o de ministro dos Negócios da Fazenda tendo lutado por recursos para a colonização na Quarta Colônia. De acordo com Santin (2002, p. 01), a Quarta Colônia foi criada às sombras do improviso: sem território delimitado, sem definição do local da sede, sem mediação dos lotes e especialmente, sem a presença do diretor, o engenheiro Guilherme Greenhalg. Para o autor, a longa espera em Val de Buia, onde posteriormente foi construído o monumento do imigrante, já que passaram um longo tempo esperando a distribuição para as colônias, demonstra a falta de planejamento da nova colônia. Em Santin (1999, p. 13) está englobado no território da ex-Colônia Silveira Martins aos atuais municípios de Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Ivorá, São João do Polêsine, Agudo, Restinga Seca, Silveira Martins e as áreas pertencentes aos municípios de Santa Maria e Julio de Castilhos. Nessa área de terras do governo imperial, composta pelas terras devolutas e áreas montanhosas pertencentes à particulares através de doações do governo imperial como forma de pagamento pela participação na guerra do Paraguai que se instalaram os imigrantes italianos. As dificuldades dos imigrantes para chegar a região foi semelhante ao que os primeiros imigrantes passaram para chegar a serra gaúcha, porém, menciona-se que aqui lhes faltou alimento e condições de habitação, diferente da serra gaúcha em que haviam araucárias para construir moradias e pinhões para o sustento. Talvez, por esse motivo, uma epidemia de peste bubônica tenha matado cerca de 400 pessoas no barracão Val de Buia, local onde estavam abrigados os imigrantes, antes de receberem suas colônias de terra.
Informações enciclopédicas	No município de Silveira Martins está localizada a única igreja com torre cilíndrica da América Latina, a igreja matriz de Santo Antônio de Pádua. Fundação: 11/12/1987. Gentílico: silveiramartinense ou silveirense. Municípios limítrofes: Faxinal do Soturno, São João do Polêsine, Santa Maria.

Imagem	<p>Figura 21: Monumento ao Imigrante</p>  <p>Fonte: Fotografia tirada pela autora</p>	
	<p>Figura 22: Monumento a Guiseppe Garibaldi, inaugurado em 20 de setembro de 1910</p>  <p>Fonte: Fotografia tirada pela autora</p>	
	<p>Figura 23: Igreja Santo Antônio de Pádua - única com torre cilíndrica da América Latina</p>  <p>Fonte: <http://institutoanita.blogspot.com.br/2011/01/monumento-garibaldi-em-silveira-martins.html></p>	
Denominações anteriores: análise e	Cittá Nuova	Subst. + Adj. Essa denominação é dada em homenagem a chegada dos imigrantes. Dessa forma, iniciaram a construção de um vilarejo no sopé do morro, e foi,

classificação do sintagma toponímico		assim, denominado “Cidade Nova”.
	Città Bianca	Subst + Adj. Essa denominação se dá pelo fato das barracas serem cobertas com lençóis brancos durante o inverno.
Mapa – localização do município no Rio Grande do Sul e no Brasil	<p>Figura 24: Localização do município de Silveira Martins no RS</p> 	
	<p>Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_SilveiraMartins.svg></p>	
<p>Fonte: BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antônio Henrique da Cunha. <i>Dicionário das famílias brasileiras</i>, vol. 1, tomo 2. São Paulo, Árvore da Terra, 2001. SANTIN, Silvino. <i>A Quarta Colônia e seus 125 anos</i>. Disponível em: <http://labomidia.ufsc.br/Santin/Col_italiana/2_A_Quarta_Colonia_e_seus_125_Anos.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013. SANTIN, Silvino [et. Al]. <i>Quarta Colônia: novos olhares</i>. Porto Alegre: EST, 1999. IBGE 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 10 jun. 2013. Mapa: Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Municip_SilveiraMartins.svg>. Acesso em: 01 jun. 2013.</p>		

5 ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos dados sistematizados nas fichas lexicográfico-toponímicas, pode-se perceber que a toponímia da Quarta Colônia se mostra como um verdadeiro meio de propagação do ideário local. Os nomes escolhidos revelam de maneira geral, a identidade da comunidade local. As cidades de Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, São João do Polêsine, Agudo, Silveira Martins, Restinga Seca e Pinhal Grande representam no nome os aspectos que se sobressaíam aos olhos dos moradores. Uma exceção é a cidade de Ivorá que teve seu nome modificado em virtude de exigências legais, já que todas as cidades deveriam receber denominações homenageando expoentes brasileiros. Ivorá privilegia no nome a hidronímia. Esse é um aspecto que contempla algo muito valioso para a cidade, dada a grande importância econômica do rio que a banha.

As cidades de Nova Palma, Faxinal do Soturno, Restinga Seca, Pinhal Grande e Agudo revelam no nome a importância dos aspectos geográficos e topográficos dessas localidades para os moradores. No caso de Nova Palma, pelos coqueiros plantados na avenida principal, Faxinal do Soturno, pelos faxinais ribeirinhos ao rio Soturno, Restinga Seca, pelo rio que em determinada época do ano seca em virtude da estiagem e Pinhal Grande, pela grande quantidade de pinheiros no local. Já Dona Francisca, São João do Polêsine e Silveira Martins, revelam a importância dessas personalidades para a comunidade.

Somente um entre os nove municípios tem como topônimo o nome de uma mulher: Dona Francisca. A presença de um denominativo em homenagem a uma mulher é algo relevante, se considerarmos que à época da nomeação não havia ainda um reconhecimento, de fato, das ações próprias que a mulher é capaz de exercer. Deve-se, assim, supor que a homenageada tenha tido notável importância para o povo da região.

Frosi, Faggion e Dal Corno (2010, p. 150) afirmam que “as denominações escolhidas para designar outros lugares presentes na vida diária de uma comunidade, entendida como uma entidade social, buscam na história sociocultural dessa comunidade, sua motivação”. Pode-se verificar isso de maneira mais evidente nos nomes das cidades de Nova Palma e São João do Polêsine que, em razão de manter no sintagma toponímico parte do nome das cidades de origem (apenas acrescentando o adjetivo “novo” ou ainda adequando o nome da cidade ao padroeiro e a cidade de onde partiram os imigrantes, na Itália), revelam dessa forma, as origens étnicas dos primeiros moradores da região. O fato de transplantar para as cidades brasileiras os nomes com expoentes italianos demonstra aspectos de identidade do grupo de imigrantes e seus projetos de vida na nova terra.

Os dados analisados, com relação à classificação dos topônimos, podem ser sistematizados de acordo com sua natureza e taxa. Pode-se perceber que, dentre as nove cidades da Quarta colônia, cinco cidades são nomeadas por topônimos de natureza física e quatro por topônimos de natureza antropocultural. Para sistematizar tais classificações, o Quadro 2, abaixo, apresenta a classificação toponímica realizada:

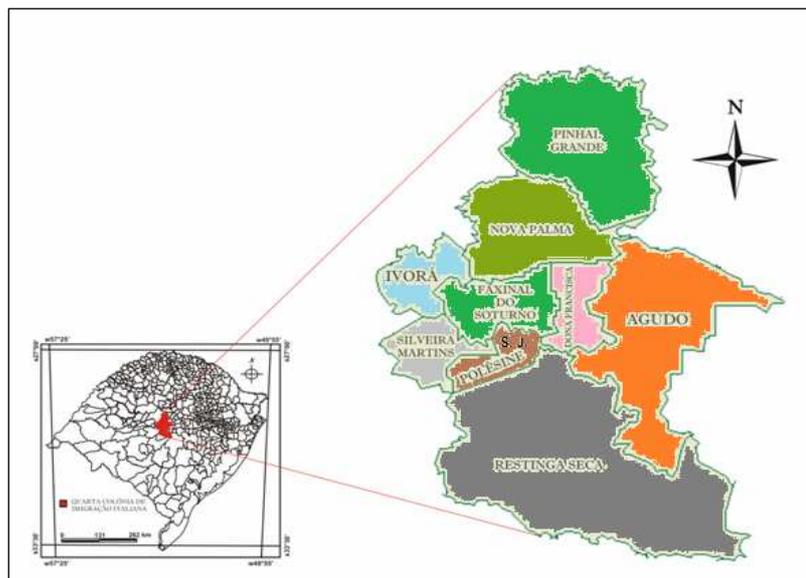
Quadro 2 - Classificação dos topônimos da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS

Topônimo	Classificação Taxionômica	Natureza do Topônimo
Agudo	Morfotopônimo	Física
Dona Francisca	Axiotopônimo	Antropocultural
Faxinal do Soturno	Fitotopônimo	Física
Ivorá	Hidotopônimo	Física
Nova Palma	Cronotopônimo	Antropocultural
Pinhal Grande	Fitotopônimo	Física
Restinga Seca	Geomorfotopônimo	Física
Silveira Martins	Antropotopônimo	Antropocultural
São João do Polêsine	Hagiotopônimo	Antropocultural

Fonte: Elaborada pela autora

No mapa abaixo, estão representados os municípios estudados, com indicação dos topônimos e sua classificação, de acordo com a taxionomia proposta por Dick (1990):

Figura 25: Mapa da Quarta Colônia de Imigração Italiana



Fonte: Elaborado pela autora com base em Stefanello (2008, p. 41)

Legenda:

■ Fitotopônimo	■ Axiotopônimo
■ Morfotopônimo	■ Geomorfotopônimo
■ Cronotopônimo	■ Antropotopônimo
■ Hagiotopônimo	■ Hidrotopônimo

Percebe-se através da sistematização dos dados a presença de diferentes topônimos, tanto de natureza física (5), como antropocultural (4), ocorrendo praticamente uma equivalência entre eles. Considerando os dados históricos juntamente com as informações enciclopédicas e as classificações taxionômicas propostas por Dick, foi possível revelar informações sobre o topônimos e sobre a história desses lugares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se, ao concluir as análises, reunir as considerações que conduziram a pesquisa ao desenvolvimento deste trabalho. As conclusões aqui apresentadas referem-se a um corpus de nove cidades pertencentes à Quarta Colônia de imigração Italiana, neste caso a totalidade das cidades pertencentes à região: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, São João do Polêsine, Restinga Seca e Silveira Martins.

O objetivo durante todo o processo de pesquisa foi identificar, descrever e explicar as motivações que deram origem aos nomes das cidades da Quarta Colônia de Imigração Italiana, fundamentado nas classificações taxionômicas de Dick e outros trabalhos realizados por pesquisadores de projetos relacionados ao Atlas Toponímico do Brasil.

No capítulo 1, foi realizada uma retomada dos estudos de Onomástica/Toponímia, com enfoque para os pesquisadores brasileiros, e ao projeto do Atlas Toponímico do Brasil, ainda em desenvolvimento. Dentre eles, destacamos os trabalhos de Dick, já que as classificações taxionômicas foram imprescindíveis para a realização das análises.

O interesse da pesquisa foi verificar a possibilidade de existir relação entre a motivação dos nomes das cidades e a origem étnica dos imigrantes. Para tanto, o capítulo 2 traz informações que permitem descrever e explicar a história da Quarta Colônia de Imigração Italiana. Na ausência de fontes oficiais sobre essa história ou sobre a história dos municípios, recorreu-se a crônicas e relatos escritos por pesquisadores interessados nas comunidades em questão, que oferecem subsídios para as análises.

No capítulo 3, foi descrita a metodologia utilizada. Foi realizada a coleta dos dados em diferentes locais, como prefeituras, IBGE, conversas informais com moradores das cidades pesquisadas, escritos e obras disponíveis no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma. Dentre inúmeros dados coletados foi realizada uma triagem do material selecionando os dados mais importantes para essa pesquisa, já que em meio às inúmeras informações coletadas foi necessário dar enfoque às que melhor contribuíram para esta investigação.

Os dados levantados foram sistematizados em fichas lexicográfico-toponímicas, elaboradas a partir de Dick e adaptadas de modo a abrigar as informações consideradas relevantes para este estudo. Deste modo, sobre cada um dos topônimos foram levantados os seguintes dados, que compuseram os 11 campos de cada ficha: nome do município, localização geográfica, acidentes humanos, classificação taxionômica, estrutura do topônimo, etimologia, histórico do município, informações enciclopédicas, imagem/ilustração, mapa com a localização do município no Rio Grande do Sul e no Brasil e fonte. O estudo que teve

como objetivo conhecer o significado dos topônimos escolhidos, estabelecer relações entre os topônimos e os elementos que influenciaram essa denominação.

O capítulo 4 traz os dados levantados e as respectivas análises. Nas análises, foram consideradas a etimologia, assim como os aspectos extralingüísticos, e as informações históricas envolvidas no ato denominativo. Para a realização das mesmas, fez-se uso da ficha lexicográfico-toponímica, apresentada no capítulo 3, a fim de sistematizar as informações obtidas sobre cada topônimo.

Nota-se que desde o início da colonização os nomes dados às cidades da Quarta Colônia têm relação com o momento histórico da época. Em sua maioria, as motivações toponímicas estiveram de acordo com a vontade da comunidade local, com exceção da cidade de Ivorá que teve seu nome mudado em decorrência da necessidade linguística e política que o país vivia.

Dos onze topônimos analisados, cinco deles são de natureza física e quatro de natureza antropocultural. Dentre eles, somente se repete o fitotopônimo, classificação dada as cidades de Faxinal do Soturno e Pinhal Grande. No restante, somente foram encontrados um de cada taxa. Todos os topônimos de natureza física possuem tais nomeações em decorrência das questões geográficas das cidades, no caso de Agudo o morro, Pinhal Grande, a quantidade de pinheiros, Faxinal do Soturno, os faxinais ribeirinhos ao rio, Restinga Seca a estiagem do rio que banha a cidade durante determinada época do ano.

Já os topônimos de natureza Antropocultural demonstram a importância de certas personalidades para o povo local. Dona Francisca, São João do Polêsine e Silveira Martins revelam a importância dessas notáveis pessoas para a comunidade. Nova Palma encontra-se como um Cronotopônimo justificando-se pelo fato de já existir a cidade de Palma e por isso, apresentar o prefixo “Novo” precedido do nome.

Em alguns casos, a origem étnica foi decisiva para “batizar” o local, em outros, a própria situação geográfica se fez extremamente relevante no ato de nomear.

Podemos dizer que os estudos toponímicos, justamente por não poderem prescindir da pesquisa histórica – seja através da história oficial, seja através de crônicas da história –, revelam importantes informações sobre o passado de um povo. Por isso, esse trabalho buscou expor através da análise dos topônimos, as escolhas feitas por uma comunidade, levando em consideração a origem étnica, o ambiente em que viviam antes de migrarem e, como isso, se reflete nas escolhas dos nomes das cidades.

A toponímia é um modo de resgate e de expressão histórica e social na Quarta Colônia, que auxilia na construção da identidade da região.

Acreditamos que o trabalho aqui desenvolvido alcançou seu objetivo na medida em que conseguiu explicar os nomes das cidades e relacioná-los com a história do local, ou pelo menos demonstrar que a escolha dos nomes teve sua motivação relacionada à história e/ou memória do povo que a habita.

REFERÊNCIAS

- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade* (seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth). São Paulo: UNESP, 1998.
- BIDERMAN, M. T. C. A estrutura mental do léxico. In: *Estudos de filologia e linguística: Em homenagem a Isaac Nicolau Salum*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981, p. 131-145.
- _____. *Teoria linguística: Teoria lexical e linguística computacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BOLZAN, Moacir. *Quarta Colônia: Da fragmentação à integração*. Tese de doutorado em história. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CARVALINHOS, Patrícia de J. Onomástica e lexicologia: O léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: Os sociotopônimos de Aveiro Portugal. *Revista USP*, São Paulo, n. 56, p. 172-179, dez./fev. 2002-2003. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/56/20-patricia.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2012.
- _____. Enotoponímia comparada e Antroponímia: Sistemas de nomeação e fundamentos do nome próprio. *Cadernos do CNLF*, vol. XII, n. 09, Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2009.
- CERTEAU, Michel de. Relatos de espaço. In: *A invenção do cotidiano*, vol. I, 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- DAUZAT, Albert. *Lês noms de lieux*. Paris: Libairie Delagrave, 1926.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- _____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos*. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.
- _____. *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo: 1554-1897*. 2. ed. São Paulo: Anablume, 1997. 393p.
- _____. *A Motivação Toponímica. Princípios Teóricos e Modelos Taxionômicos*. Tese de Doutorado. USP, maio de 1980.
- FERNANDES, Xavier. *Topônimos e Gentílicos*. Pôrto: Educação Nacional, 1941.

FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização. In: *Métis: História & Cultura*, vol. 7, n. 13, 2008c. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/704/510>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

_____. Os hodônimos de Caxias do Sul. In: CALVO, Cesário et al. *Tendències actuals de la filologia romànica*. València, Generalitat Valenciana, 2010, p. 370-371.

_____. *Os logradouros de Caxias do Sul: Seus nomes, suas interconexões*. Texto apresentado no II SIMELP, em 06 out. 2009. Évora, Portugal, 2009.

_____; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. Profissões na denominação de ruas do município de Caxias do Sul: Homenagem aos construtores da riqueza da RCI. In: *A Língua Portuguesa no Mundo*. São Paulo: JCN Mídia Digital, 2008a. CD-ROM.

_____; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. Toponimi italiani in terra brasiliana. Roma: Società Editrice Romana, 2008. Separata de: CAFFARELLI, Enzo (a cura di). *Rivista Italiana di Onomastica – RION*, vol. XIV (2008), 2. Roma: Società Editrice Romana, 2008b.

_____; MIORANZA, Ciro. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Movimento; Caxias do Sul: Educs, Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisas, 1975.

FROEHLICH, José Marcos et al. Narrando territorialidade: Identidade territorial da Quarta Colônia – RS. In: 47° SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais...** Porto Alegre, 2009. p. 01-18.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOUAISS, Antônio (1915-1999); VILLAR, Mauro de Salles (1939-). *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LOGNON, Auguste Honoré de. *Noms de lieux de la France, leur origine, leur signification, leurs transformations*. résumé des conférences de toponomastique générale faites à l'École pratique des hautes études (Section des sciences historiques et philologiques) Publié par Paul Marichal et Léon Mirot. Paris: E. Champion, 1920. Disponível em: <<http://archive.org/details/lesnomsdelieudel01long>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

MARCATO, Carla. *Nomi di persona, nomi di luogo: Introduzione all'onomastica italiana*. Bologna: il Mulino, 2009.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: Lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001. 268 p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política riograndense. In: LANDO et al. *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 156-194.

POZENATO, José Clemente. Algumas considerações sobre região e regionalidade. In: *Processos culturais: Reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Educs, 2005.

ROSTAING, C. *Les Noms de Lieux*. Paris, Presses Universitaires de France, 1958.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: O desenvolvimento econômico da colônia Silveira Martins (RS)*. Porto Alegre: EST, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo, Cultrix, 2000.

SEABRA, M. C. T. C. Referência e Onomástica. In: MAGALHÃES, José Sueli de; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. (Orgs.). *Múltiplas perspectivas em Linguística*. Uberlândia/MG: EDUFU, 2006, v. 1, p. 1953-1960. Disponível em:
<http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf>. Acesso em: 10 set. 2012.

SPONCHIADO, Breno Antônio. *Imigração e Quarta Colônia: Nova Palmar Pe. Luizinho*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Pró-Reitoria de Extensão, 1996.

SPONCHIADO, Luiz. Crônicas da Colonização. *Jornal Voz do Planalto*. Disponíveis em: formato digitalizado no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma.

VASCONCELLOS, J. Leite de. *Opúsculos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, v. III, 1931. Disponível em:
<<http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/etnologia/opusculos/vol03/opusculos03.html>>. Acesso em: 06 fev. 2012.

VENDRAME, Maria Inês. “Lá éramos servos, aqui somos senhores”: A organização dos imigrantes italianos na Ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914). Dissertação de mestrado, UFRGS, 2007.